

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia
Licenciatura em Educação Especial**

CAMILA YUKARI KAWAMURA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS:
ANÁLISE DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CIDADE E NO CAMPO**

**São Carlos
2013**

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia
Licenciatura em Educação Especial

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS:
ANÁLISE DAS MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CIDADE E NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Educação Especial, como
requisito parcial para a conclusão da
graduação, ofertado pela
Universidade Federal de São Carlos,
sob orientação da Profa Dra Katia
Regina Moreno Caiado.

São Carlos
2013

DEDICATÓRIA

À minha mãe Sabina,

À minha irmã Cinthia

E ao meu namorado Alison.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta conquista.

À minha orientadora Katia Regina Moreno Caiado pelas inúmeras oportunidades, despertando o encanto pela pesquisa e pela profissão professor somado à responsabilidade social que esta carrega consigo. Aos conhecimentos adquiridos que transformaram meu olhar para a vida.

À minha co-orientadora Ana Paula pela dedicação, compreensão, pelas palavras em momentos difíceis e, simplesmente, pela oportunidade de conhecê-la. Mesmo longe, fez Belém do Pará parecer tão perto!

À minha mãe pelo apoio incondicional, por acreditar em mim e por ser meu exemplo de mulher, de força, de dedicação, de vida! À minha irmã, por todo o amparo proporcionado. E, ao meu namorado Alison, por todo amor, alegria, sabedoria, companheirismo e paciência.

Às meninas, minha família de São Carlos: à Alissa, por todo empenho e habilidade que mostra em tudo o que faz e pelo entusiasmo que trouxe à nossa casa; à Jé, pelos 4 anos de convivência, pela doçura, maturidade e por estar sempre disposta a ouvir; à Gabi, pela sabedoria transmitida em alegria, risadas infinitas e muitas histórias; à Mari, pelo exemplo de superação, disposição em ajudar e pela diversão garantida com sua presença; e, à Nati, pela amizade, confiança e por todos os momentos que passamos juntas, bons ou ruins, mas que apenas nos fez crescer. Agradeço à todas pela amizade sincera e convivência que deixará somente boas lembranças e muitas saudades!

A todos os integrantes do LEPEDÉ'ES, em especial, às meninas do Observatório: Aline, Ana Carolina, Michele, Natália, Sara, Stela e Taísa pela oportunidade de trabalharmos juntas, pelos conhecimentos construídos e pelo amadurecimento sobre o trabalho em grupo.

A todos os representantes do município que dedicaram seu tempo e sempre mostraram-se dispostos a contribuir com informações tão relevantes para este trabalho.

Por último, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação e me acompanharam neste ciclo que se fecha.

Resumo

Considerando o histórico de desatenção das áreas da educação especial e educação do campo, além da carência de pesquisas que tenham como foco de estudo os indicadores educacionais, o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar a interface entre educação especial e educação do campo e compreender como estas se encontram organizadas no município estudado – São Carlos -, não apenas na área rural, mas na urbana, também, a partir das seguintes perguntas: quais as condições de escolarização de pessoas com deficiência na cidade e no campo no município de São Carlos? O acesso e a permanência na escola têm sido garantidos? Para tanto, serão utilizados os dados oficiais do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), por meio do software IBM SPSS Statistics versão 17.0 e, de modo adicional, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 com informações que caracterizem o município, caracterizando os sujeitos em idade escolar. Desta forma, a análise foi realizada com base na unidade quantidade e qualidade dos dados censitários de 2007 a 2012, além de documentos e informações coletadas por meio de entrevistas com a ex-chefe da Divisão de Educação especial, coordenador da Educação Especial na rede estadual e representantes de ONG e Associação, de modo que foi possível estudar de forma mais aprofundada a trajetória da estrutura oferecida ao alunado da educação especial em São Carlos, constatando que se trata de um município diferenciado por conta de todos os serviços e projetos que se fazem presentes, embora ainda enfrente desafios, sendo um dos quais evidenciados pelos dados censitários: o direito de estudar no local mais próximo de sua residência, para os alunos residentes no campo, está sendo negado, mostrando que não há educação especial no campo no município estudado.

Palavras-chave: Censo Escolar, Educação Especial, Indicadores Sociais.

Lista de Siglas e Abreviações

ACORDE – Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento Profissional

AH/SD – Altas Habilidades/Superdotação

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASSC – Associação de Surdos de São Carlos

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DA – Deficiência Auditiva

DF – Deficiência Física

DM – Deficiência Mental

DV – Deficiência Visual

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

MID – Movimento de Informação sobre Deficiência

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

NEPEDE'ES - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito à Educação - Educação Especial

ONG – Organização Não Governamental

P1ga – Professora 1 da gestão anterior

P2ga – Professora 2 da gestão atual

P3ge – Professor 3 da gestão estadual

PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SRM – Sala de Recurso Multifuncional

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourado

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

Lista de quadros

Quadro 1 - Número de títulos e trabalhos relacionados à temática central.....	22
Quadro 2 - Ano de publicação das dissertações por Instituição de Ensino Superior.....	23
Quadro 3 – Instituição em que as dissertações foram defendidas.....	24
Quadro 4 – Campo empírico de investigação.....	24
Quadro 5 – Procedimento de coleta de dados.....	24
Quadro 6 – Distribuição por nível de titulação.....	25
Quadro 7: Trabalhos encontrados concernentes à temática central.....	25

Lista de Tabelas

- Tabela 1:** Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) – Brasil, Sudeste e São Paulo.....p. 40
- Tabela 2:** Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) de alunos que moram no campo e estudam no campo – Brasil, Sudeste e São Paulo.....40
- Tabela 3:** Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) de alunos que moram no campo e estudam na cidade – Brasil, Sudeste e São Paulo.....41
- Tabela 4:** Total da população segundo a situação de domicílio.....48
- Tabela 5:** Total da população com deficiência permanente por deficiência (visual, auditiva, motora e mental/intelectual).....49
- Tabela 6:** População residente por tipo de deficiência, segundo a situação de domicílio, e grupos de idade.....49
- Tabela 7:** Número de matrículas da educação básica por modalidade no município de São Carlos.....58
- Tabela 8:** Número de matrículas da educação básica por etapa no município de São Carlos.....62
- Tabela 9:** Número de matrículas da educação básica por dependência administrativa no município de São Carlos.....65
- Tabela 10:** Número de matrículas da educação básica por sexo no município de São Carlos.....67

Tabela 11: Número de matrículas da educação básica por cor no município de São Carlos.....	68
Tabela 14: Número de matrículas da educação básica por transporte escolar e responsável pelo transporte no município de São Carlos.....	69
Tabela 15: Número de matrículas da educação básica por poder público responsável pelo transporte no município de São Carlos.....	71
Tabela 16: Número de matrículas da educação básica por classes multisseriadas no município de São Carlos.....	72

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	13
---	-----------

CAPÍTULO I

1. A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LEVANTAMENTO REALIZADO.....	22
2. METODOLOGIA	
2.1 Sujeitos da Pesquisa.....	27
2.2 Locus da pesquisa: o município de São Carlos.....	27
2.3 Perguntas.....	29
2.4 Método.....	29
2.5 Materiais e equipamentos.....	30
2.6 Procedimentos Metodológicos.....	30
2.6.1 Levantamento das matrículas de 2007 a 2012 no Censo Escolar.....	30
2.6.2 Entrevistas com representantes no município de São Carlos.....	31
2.6.3 Análise documental.....	31
2.7 Aspectos Éticos da Pesquisa.....	32
2.8 Forma de análise.....	33
3. MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL, SUDESTE E SÃO PAULO.....	39

CAPÍTULO II

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.....	44
4.1 A organização da educação especial a partir das legislações.....	44
4.2 As instituições especializadas no município de São Carlos.....	45
4.3 Dados demográficos do IBGE (2010).....	48
4.4 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CONDEF).....	50

4.5 A Municipalização do Ensino em São Carlos.....	52
4.6 Identificação do número total de municípios pólos e de abrangência no estado de São Paulo.....	54
4.7 A contratação de professores de educação especial.....	54
4.8 O Atendimento Educacional Especializado em São Carlos.....	56
4.9 O registro dos dados do Censo Escolar	57
5. INDICADORES EDUCACIONAIS DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DE 2007 A 2012	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICES.....	81
ANEXOS.....	99

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Programa do Governo Federal “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” (BRASIL, 2004), fomentado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, vem sendo implantado na totalidade dos municípios brasileiros com o objetivo de disseminar a política de educação inclusiva por meio da formação de gestores e educadores que representam os 106 municípios-pólo, que participam do programa e atuam como multiplicadores para os 1.869 municípios de abrangência. Contudo, não eram efetuadas “análises sobre os resultados que tais políticas têm efetivado em relação à aprendizagem do conteúdo escolar por parte desse alunado” (MELETTI, 2010, p. 23-24).

Por conta disto, o projeto de pesquisa “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros” foi elaborado por um núcleo constituído por cinco universidades (Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), de maneira em que foi constatada a “necessidade de desenvolver estudos que articulem as proposições oficiais para inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino e seu impacto em municípios brasileiros” (MELETTI, 2010, p. 22) principalmente no que se refere a acesso e permanência, dando origem ao presente trabalho.

A temática central estudada por todos os núcleos corresponde à escolarização da pessoa com deficiência¹. E, cada um deste tornou-se responsável por analisar um conteúdo específico, por meio do levantamento dos indicadores sociais dos municípios-pólo (Campinas, Corumbá, Florianópolis, Maringá e São Carlos) e três de abrangência, cuja seleção foi realizada de acordo com a alternância do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que, entre estes, um apresenta o maior índice, outro, índice mediano e, por último, baixo índice. Logo, o núcleo de São Carlos selecionou enquanto

¹ Com base no Decreto Nº 6949/2009, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

municípios de abrangência: São João da Boa Vista (0,843 - IDH alto), Luís Antônio (0,783 - IDH médio) e Boa Esperança do Sul (0,755 - IDH baixo).

De modo a compartilhar as informações coletadas referente aos microdados e municípios estudados, foram realizados, desde o início do projeto, três encontros entre os núcleos. Destes, eu, como bolsista de iniciação científica, tive a oportunidade de participar de dois, sendo os quais: “II Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência” no município de Corumbá – MS em 2012 e o “III Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência” realizado no município de Florianópolis – SC em 2013.

O primeiro, contou com a presença das pesquisadoras coordenadoras de cada núcleo: Silvia Márcia Ferreira Meletti (UEL), Mônica Carvalho de Magalhães Kassar (UFMS), Maria Helena Michels (UFSC), Katia Regina Moreno Caiado (UFSCar) e Adriana Lia Frizman de Laplane (Unicamp); além de convidados, como os pesquisadores José Geraldo Bueno (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP) e Thomas Skrtic (Universidade de Kansas) e a coordenadora de Fomento e Apoio a Estudos e Pesquisas da Direção/Inep, Fernanda Becker, que tirou dúvidas dos núcleos sobre as divergências encontradas nos bancos de dados dos microdados e do Data Escola, que caracteriza-se por ser um banco online proveniente do primeiro.

Neste encontro, foram traçadas metas para os grupos de pesquisa desenvolverem no decorrer dos próximos anos, como: a escolha de uma bibliografia básica para leitura de todos os grupos, explorar melhor os dados coletados de matrículas até o presente momento, produzir e divulgar os resultados da pesquisa e montar um banco com os dados pessoais de todos os membros.

Desta forma, no decorrer do ano de 2012, o núcleo de São Carlos, realizou estudos em grupo entre a pesquisadora coordenadora e as bolsistas de iniciação científica e pós-graduação de algumas produções sobre educação, estudos estatísticos, além da relação entre quantidade e qualidade frente à perspectiva da unidade dos pesquisadores Bernadete Gatti (Universidade de São Paulo - USP) e Alceu Ravanelo Ferraro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Além disso, iniciou-se a sistematização de um banco de dados com variáveis padrão a serem coletados por meio do software SPSS, sendo: modalidade de ensino; etapa de ensino; dependência administrativa da escola; sexo; cor/raça; localização diferenciada da escola (terra indígena, área remanescente de quilombo, área de assentamento); utilização do

transporte escolar; poder público responsável pelo transporte (municipal ou estadual); classes multisseriadas.

Estas, foram cruzadas com as deficiências visual, auditiva, física e mental e, cada bolsista de iniciação científica, responsabilizou-se por uma variável de zona residencial do aluno e uma de localização da escola, ficando assim organizada: bolsista 1 – matrículas de educação básica (dados gerais); bolsista 2 – matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo; bolsista 3 – matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade; e bolsista 4 – matrículas de alunos que moram na cidade e estudam no campo referente ao período que compreende os anos de 2007 a 2012 de todos os estados do Brasil. O trabalho voltado para a tabulação dos dados levou, aproximadamente, 372 horas. Contudo, a carga horária do processo geral, que engloba desde a geração dos dados no programa até o término da organização das tabelas, varia de acordo com a velocidade do computador utilizado para a efetivação do trabalho.

Durante o último encontro organizado pelo núcleo da UFSC, em 2013, participaram os mesmos núcleos somada à presença dos pesquisadores convidados José Geraldo Bueno e Alceu Ravanelo Ferraro, em que este último, participou de uma sessão de conversa intitulada “Censo Escolar e Educação Especial: Desafios da Pesquisa”, ampliando a perspectiva de trabalho e o olhar que estes números proporcionam, trazendo grande contribuição à formação de todos os discentes e pesquisadores presentes.

Ademais, foi aberto espaço para cada núcleo apresentar a produção realizada referente aos municípios pólo e de abrangência e a sistematização dos dados; também, as pesquisadoras apresentaram artigos produzidos por discentes pertencentes a outros núcleos de modo a socializar as produções e as possibilidades distintas de trabalhos já realizados - e futuros – com os microdados do Censo Escolar disponibilizados pelo INEP.

No decorrer do período em que participei do projeto enquanto bolsista de iniciação científica, também foi possível ministrar duas oficinas, junto às demais bolsistas, referente ao manuseio dos dados por meio do software SPSS versão 17.0² e às

² Software que possui uma programação estatística própria com a capacidade de trabalhar com bases de dados de grande dimensão, o menu possibilita acessar as opções do programa e trabalhar com dados variáveis (SOUZA, 2012, p. 46); a discente já possuía o SPSS e os bancos de dados referente a cada ano estudado instalados por conta do trabalho desenvolvido no decorrer da iniciação científica. Contudo, para que o leitor tenha conhecimento do processo de instalação e execução do programa, somado do passo a passo, pode conferir no anexo 1.

ferramentas básicas do excel para elaboração de tabelas, aos demais membros do grupo de pesquisa e todos os interessados, expandindo acesso ao mesmo.

Nota-se, desta forma, que diversas foram as oportunidades e experiências junto ao núcleo de São Carlos, que é parte integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito à Educação – Educação Especial (NEPEDE'ES), permitindo a apropriação de novos conhecimentos ou o amadurecimento destes por meio da convivência entre todos os integrantes, pesquisadores e o contato com todas as pesquisas desenvolvidas. Assim, a cada encontro era realizada uma nova transformação de modo a adquirir um outro olhar para a vida.

Todo este processo foi essencial para a construção da concepção sobre a problemática da pesquisa quantitativa somada à relevância do trabalho com os indicadores sociais, visto que a academia revela sua fragilidade por meio da escassez ligada a uma ideia de desvalorização de produções desta natureza. Logo, é imprescindível apresentar o conceito de indicador social e quais os seus impactos:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANUZZI, 2002, p. 2).

Assim, a presente pesquisa se utilizará do levantamento de indicadores sociais, de modo mais específico, os educacionais, com base nos dados do Censo³ Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

³ Consiste em um levantamento de dados realizado pelas escolas da educação básica em todo o país e é coordenado pelo INEP. Coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar, sendo de extrema relevância para o norteamento das políticas públicas “e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)” (BRASIL, 2011).

Teixeira (INEP⁴). Este órgão disponibiliza tais indicadores educacionais em forma de “microdados”⁵. Todavia, o acesso a estes requer que o computador a ser utilizado comporte o *software* já mencionado anteriormente, o IBM SPSS *Statistics (Statistical Package for the Social Science)*, e os bancos de dados referentes ao período de coleta (SILVA, 2013).

Os indicadores educacionais da educação especial são construídos, desde a década de 1980 a partir da base de dados dos Censos Escolares. Estes se configuram como um levantamento anual de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coleta é feita em todas as escolas públicas e privadas do país, responsáveis pelo preenchimento de um formulário disponível no sistema *on-line* Educacenso. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades coletando dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (MELLETTI, 2010, p. 20).

De acordo com o INEP, a importância destes dados se estabelece enquanto parâmetro que norteia as políticas públicas, determinando fatores relacionados “à infraestrutura, (...) repasses de recursos financeiros (...) e propriamente “quesitos pedagógicos”, como a distribuição de livros, uniforme escolar e valorização dos profissionais da educação” (SASS, 2012, 138).

Faz-se necessário, assim, discutir o papel e a responsabilidade atribuída ao município a partir da Constituição Federal de 1988, que corresponde à marca a municipalização, de modo que este “pode tornar concreto seu projeto próprio de educação, subordinado somente às normas nacionais” (BORDIGNON, 2009, p. 39).

A redemocratização, consolidada na Constituição Federal de 1988, fruto de intensa participação da sociedade civil organizada nos debates da constituinte, colocou no cenário político um novo ator social: o cidadão. E como espaço de exercício de sua cidadania erigiu o Município como ente federado dotado de autonomia e instituiu os sistemas municipais de ensino. No artigo 18, a Constituição define a autonomia dos entes federados:

⁴ O “INEP funciona como um órgão coordenador da coleta, sistematização e análise das informações obtidas por meio de um sistema computacional, denominado Educacenso, que as armazena para posterior tratamento. A rigor, ele não realiza os censos, mas, obtém os dados relativos às unidades escolares, por intermédio das secretarias municipais e estaduais de educação, estabelecendo formas usuais de controle de verificação da fidedignidade do que foi informado [...]” (SASS, 2012, p. 137).

⁵ “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas” (IBGE, 2013) .

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

No artigo 211, institui os sistemas de ensino:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organização, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

[...]

§ 4º. Na organização de seus sistemas de ensino, os estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BORDIGNON, 2009, p. 32).

No que se refere à escolha da educação especial no/do campo, vale destacar que esta surgiu nos primeiros anos de graduação por meio de um minicurso que mostrava a realidade de escolas no/do campo, ofertado durante a Semana da Jornada de Iniciação Científica, nos suscitando, na condição discente, a curiosidade sobre as condições de escolarização e o acesso de pessoas com deficiência no contexto do campo e, manteve-se após entrar para o grupo de pesquisa NEPEDE'ES, liderado pela Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado. Também deve-se à escassez de pesquisas realizadas nesta área e a relevância de considerar o direito do sujeito do campo de se constituir no local em que vive, visto que este vem sendo negligenciado pelas políticas públicas vigentes.

[...] a impossibilidade de participação social que as pessoas com deficiência enfrentam não se justifica pela deficiência em si. Essa impossibilidade, traduzida muitas vezes por incapacidade, é resultado das barreiras sociais a que diuturnamente estão expostas. Esse quadro se torna ainda mais complexo ao pensarmos nas precárias condições de vida que enfrentam os que vivem no campo. Na ausência de políticas públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social (CAIADO & MELETTI, 2011, p. 10).

Para tanto, faz-se necessário esclarecer o que se entende, primeiramente, por educação especial e, em momento posterior, educação no/do campo. A história da educação é marcada, de forma concomitante, pela inclusão e exclusão, haja vista a perspectiva tradicional e homogeneizadora de indivíduos. Desta forma, o início da organização da educação especial ocorreu por meio de instituições, escolas e classes especiais amparando aqueles que não se encaixavam nos padrões estabelecidos. Contudo, atualmente, corresponde a uma modalidade ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 1996; 2008a).

Ademais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 10), apresenta a seguinte definição:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

A educação no campo refere-se àquela que ocorre na zona rural, “foi concebida considerando o campo como lugar do inferior e do atraso. Nesse processo, a educação das pessoas que vivem no campo foi tomada como algo menor e sem importância” (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR, ESCOBAR, 2010, p. 50). A educação do campo diz respeito a um conceito novo e em construção na última década, em que somente pode ser compreendido e discutido no contexto de seu surgimento: a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo. Deste modo, a

[...] Educação do Campo [...] nasceu dos movimentos sociais camponeses, em contraponto à educação rural. Nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra o “estado de coisas”, para, aos poucos, buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, 2008b). Desde o início, pois, está demarcado o vínculo entre os trabalhadores do campo, suas lutas e experiências e essa proposta educativa (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR, ESCOBAR, 2010, p. 50).

Quando os movimentos sociais falam em educação do campo, não falam somente da educação escolar, mas de todos os outros espaços formativos, de modo que propiciem

[...] formação humana, omnilateral, que também pode ser chamada de integral, porque abarca todas as dimensões do ser humano. Também a Educação do Campo afirma uma educação emancipatória, vinculada a um projeto histórico, de longo prazo, de superação do modo de produção capitalista (SANTOS, PALUDO, OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Além disso, é por meio da luta por políticas públicas destes trabalhadores, engajados nos movimentos sociais, que é possível encontrar leis voltadas à educação do campo, haja vista o documento “Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008: Estabelecem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo” que assegura que a educação do campo é destinada às “populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos,

assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (BRASIL, 1996; 2008b).

Neste contexto, o Art. 23, presente na LDBEN (1996), justifica a existência das classes multisseriadas nas escolas do campo, em que

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

As classes multisseriadas localizadas no campo predominam com diversas limitações pedagógicas e de estrutura, mas acabam sendo uma alternativa para a educação de quem mora no campo, de modo a lutar contra o fechamento da escola. Desta forma, de acordo com o INEP (2007, p. 25), a classe multisseriada compreende:

[...] alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsável pela classe. A unidocência ocorre quando um único professor é responsável pela condução do desenvolvimento de uma classe multisseriada. Embora possa acontecer de uma escola ou classe ser multisseriada e ter mais de um professor, as escolas multisseriadas do campo contam, na quase totalidade dos casos, com apenas um professor, o que torna unidocência e multisseriação termos equivalentes.

Considerando o histórico de desatenção com a educação especial e a educação no/do campo, justifica-se este estudo por conta do elevado número de pessoas, em idade escolar, residentes na zona rural de São Carlos, de modo a compreender como se estabelece a escolarização no/do campo e na cidade, das pessoas com deficiência neste município, estabelecendo como objetivos:

- **Objetivo Geral:**
 - Analisar a interface entre educação especial e educação do campo no município de São Carlos por meio das matrículas do censo escolar (2007 a 2012);
- **Objetivos Específicos:**
 - Descrever a organização da educação especial no município de São Carlos;

- Descrever como se estabelece a escolarização de pessoas com deficiência na cidade e no campo deste município;
- Descrever os documentos oficiais ligados à educação do município;
- Descrever as matrículas de alunos com deficiência que vivem no campo e estudam no campo/cidade no município de São Carlos.

Assim, considera-se a importância de se estudar estas duas temáticas, visto que, em pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores Educação Especial somado a todo o público alvo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, cita como sendo constituinte da educação do campo, ressalta-se que nenhum trabalho apresentado estava diretamente relacionado a temática discutida neste. Contudo, conforme indicações realizadas pela professora Katia Regina Moreno Caiado, foram encontradas duas pesquisas que discutem a interface entre educação especial e educação no campo.

Todo este processo concernente ao levantamento será descrito no capítulo I, que também é composto pela metodologia, em que são expostas informações referentes aos procedimentos metodológicos, forma de análise e dados de modalidade e utilização de transporte de Brasil, Sudeste e São Paulo de matrículas de alunos com deficiência. No capítulo II, é possível obter o panorama sobre a organização da educação especial no município de São Carlos por meio de informações coletadas em entrevistas, análise de documentos e os microdados que se referem a todas as variáveis trabalhadas no grupo de pesquisa, citadas em momento anterior.

Por fim, para a efetivação deste estudo, serão descritos e confrontados documentos, dados estatísticos do IBGE 2010 e microdados do Censo Escolar, uma vez que “[...] as informações do IBGE e do Censo da Educação Básica compõem os principais indicadores sociais brasileiros e que, por isso, são a base para elaboração, implementação e avaliação das políticas e dos programas de Estado e de governos” (MELETTI, BUENO, 2013, p. 9), de modo que seja possível obter a totalidade desta modalidade no município.

CAPÍTULO I

1. A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO REALIZADO

A pesquisa realizada em meio às produções acadêmicas tiveram como eixo central a interface entre a educação especial e a educação no campo, inicialmente, nos bancos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Banco de Teses e dissertações da CAPES.

Desta forma, os descritores utilizados foram: educação especial somados a educação no/do campo; educação indígena; educação quilombola; educação ribeirinha; educação de pescadores e assentamento, visto que, de acordo com a LDB (BRASIL, 1996) estes se constituem público-alvo da educação no campo. A quantidade de trabalhos encontrados foram evidenciados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Número de títulos e trabalhos relacionados à temática central

Descritores	Quantidade de Títulos	Quantidade de Trabalhos relacionados à temática
Educação Especial; Educação no campo	386	2
Educação Especial; Educação indígena	22	0
Educação Especial; Educação quilombola	22	0
Educação Especial; Educação Ribeirinha	7	0
Educação Especial; Assentamento	11	1
Educação Especial; Educação de pescadores	2	0
Total	450	3

Elaboração própria em pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Contudo, é importante salientar que, do total de trabalhos concernentes à temática, um deles aparece de maneira repetida, totalizando, então, dois trabalhos encontrados durante a pesquisa.

Ademais, embora tenha conhecimento de outros estudos⁶ financiados pela CAPES - localizados no banco de dissertações defendidas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) -, no Portal de Periódicos desta não foi encontrado nenhum trabalho com os referidos descritores ou ainda filtrando pelo título e nome do autor, além das palavras-chave dos trabalhos a serem descritos posteriormente. Os mesmos procedimentos citados foram seguidos durante a busca no banco da BDTD, todavia, também não foi possível localizá-los.

O levantamento apontou pesquisas realizadas dentro do mesmo espaço temporal do presente estudo - com exceção do ano de 2013. Destaca-se a crescente produção da Universidade Federal da Grande Dourados, em que todos os estudos ocorreram em comunidades indígenas e foram orientados pela pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno, haja vista uma de suas linhas de pesquisa “Educação e Diversidade”.

Quadro 2 - Ano de publicação das dissertações por Instituição de Ensino Superior

Ano de publicação	Quantidade	IES
2007	1	UCDB
2009	1	UFGD
2011	2	UFGD
2011	1	UTP
2012	1	UEL
2013	2	UFGD

Elaboração própria em pesquisa realizada na BDTD, banco de dissertações defendidas da UFGD e indicações realizadas pela orientadora.

Quanto as produções realizadas pelas Instituições de Ensino Superior, nota-se, mais uma vez, uma produção elevada pela UFGD, sendo a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), particulares e, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), estadual. Além disso, cabe destacar que as duas primeiras universidades estão localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul e, as duas últimas, na região Sul do país.

⁶ A discente tinha conhecimento destes estudos, pois uma das integrantes do grupo de pesquisa NEPEDE'ES, teve sua dissertação orientada pela pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno.

Quadro 3 – Instituição em que as dissertações foram defendidas

Nº	IES	Quantidade	%
1	UFGD	5	62,5
2	UCDB	1	12,5
3	UEL	1	12,5
4	UTP	1	12,5
	Total	8	100%

Como já mencionado, todas as pesquisas encontradas no banco de dissertações defendidas da UFGD se passaram em comunidades indígenas. Deste modo, o estudo realizado em assentamento foi defendido na UCDB e, no campo, na UEL.

Quadro 4 – Campo empírico de investigação

Campo empírico	Quantidade	%
Comunidade indígena	5	71,4
Assentamento	1	12,5
No/do campo	2	25
Total	8	100

Das 8 pesquisas levantadas, 6 utilizam mais de um instrumento de coleta de dados, e destas, 5 foram produzidas na UFGD e uma na UTP.

Quadro 5 – Procedimento de coleta de dados

Tipo de coleta	Quantidade
Pesquisa documental	5
Entrevista	4
Observação participante	1
Registro em áudio, fotos e diário de campo	3
Estudo de caso	1

Além disso, dos Programas em que as dissertações foram defendidas, destaca-se o da Educação, de modo que sua soma corresponde 87,5% do total e, 12,5% da Psicologia.

Constata-se, também, a predominância da produção de dissertações de mestrado. Uma possível explicação para tal fato seria a de que, a história evidencia que os programas de pós-graduação do país são recentes, uma vez que o primeiro mestrado foi

aprovado em 1965, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), havendo, desde então, uma prevalência de mestrado apenas, visto que são poucos os programas que oferecem doutorado.

Deste modo, o levantamento revela a escassez de estudos já realizados e a necessidade de futuros acerca da temática da presente pesquisa.

Quadro 6 – Distribuição por nível de titulação

Nível	Quantidade	%
Mestrado	8	100
Doutorado	0	0
Total	8	100

Das 8 dissertações dos Programas de Pós-Graduação, 7 correspondem ao Programa de Educação, de modo que 5 abordam a interface entre a educação especial e a educação indígena, mas com focos distintos; um, a interface entre a educação especial e a educação no/do campo; e, um, a interface entre a educação especial e o assentamento; o qual corresponde ao Programa de Psicologia, também faz referência à interface entre a educação especial e a educação no/do campo.

Quadro 7: Trabalhos encontrados concernentes à temática central

Programa de Pós-Graduação	Título	Autor	Ano de publicação	IES
Psicologia	Adolescente com Altas Habilidades/Superdotação de um Assentamento Rural: um estudo de caso	Mariangela Alonso Capasso Peraino	2007	UCDB
Educação	Deficiência visual entre escolares indígenas na região da Grande Dourados, MS: um estudo sobre as necessidades específicas e a efetivação do direito à educação.	Michele Aparecida de Sá	2009	UFGD
	Escolas Públicas do Campo: indagação sobre a educação especial na perspectiva da inclusão educacional	Patrícia Correia de Paula Marcoccia	2011	UTP

	Criança indígena Kaiowá Guarani: com deficiência: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região da Grande Dourados.	Vânia Pereira da Silva Souza	2011	UFGD
	A constituição do sujeito surdo na cultura guarani-kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola.	Luciana Lopes Coelho	2011	UFGD
	Educação Especial e a Escolarização de Pessoas com Deficiência que Residem no Campo: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros	Sandra Regina Casari de Souza	2012	UEL
	A Organização do Atendimento Educacional Especializado nas aldeias indígenas de Dourados,MS: um estudo sobre as salas de Recursos Multifuncionais.	Maria do Carmo Souza	2013	UFGD
	A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola.	Juliana Maria da Silva Lima	2013	UFGD

Elaboração própria em pesquisa realizada na Banco de Dissertações defendidas da Universidade Federal da Grande Dourados

Contudo, o único trabalho que mais se aproxima deste estudo, corresponde ao intitulado: “Educação Especial e a Escolarização de Pessoas com Deficiência que Residem no Campo: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros”, em que a autora também era integrante do projeto de pesquisa “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, de modo que utiliza os microdados do censo escolar como objeto de estudo com o intuito de analisar matrículas concernentes aos alunos com deficiência que moram no campo, apresentando a interface entre a educação especial e educação no campo no estado do Paraná.

Os dados também foram coletados por meio do software SPSS, assim como os tipos de deficiência estudadas (DV, DA, DF e DM). Todavia, a pesquisa centrou-se no

cruzamento dos dados segundo modalidade de ensino; local de residência do aluno e local da escola.

Como resultado, Souza (2012) apresenta, a negligência existente entre a educação especial e a educação no campo tanto por meio dos indicadores educacionais, que salientam o descuido do Estado, quanto pela produção de conhecimento desenvolvida pelas Universidades acerca da temática. “Denota assim a conformação das pesquisas acadêmicas ao modelo econômico vigente que prioriza e investe nas pesquisas conforme a demanda mercadológica” (SOUZA, 2012, 46).

2. METODOLOGIA

2.1 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da presente pesquisa correspondem ao alunado com deficiência - visual, auditiva, física e mental - matriculados em escolas do município de São Carlos localizadas na cidade e no campo. A seleção destas deficiências devem-se a duas alegações:

[...] as classificações de outras categorias (como os distúrbios globais do desenvolvimento) sofreram modificações constantes o que impediu a sua classificação e organização ao longo do período; a segunda, porque temos dirigido nossos focos de análise para essas deficiências, por considerar que aqui se expressa, de forma mais precisa, as contradições e ambiguidades das políticas educacionais em ação (BUENO, MELETTI, 2011, p. 4 apud SOUZA, 2012, p. 45).

2.2 Locus da pesquisa: o município de São Carlos

Após realizada estas prévias considerações, apresentar-se-á o município do presente estudo: São Carlos (município-pólo). A presente pesquisa desenvolveu-se no referido município, com base nos dados do Censo Escolar, de 2007 a 2012, disponibilizados pelo INEP e obtidos por meio do software SPSS.

Com base nas informações do IBGE (2010), o município de São Carlos foi fundado em 04 de novembro de 1857. Neste mesmo período, surgem as primeiras fazendas de café, que marcam o início da atividade econômica de maior relevância do

município, que na época, era apenas uma vila. Em 1880, deixou de ser vila, passando a ser cidade e, 6 anos depois, com 16.104 habitantes, já apresentava organização urbana.

Em 1884, a ferrovia deu maior notoriedade à região, visto que permitiu expansão da produção cafeeira para o Porto de Santos. Além disso, esta época foi marcada pela imigração, em sua maioria, européia, como alemães e italianos que tinham como atrativo o trabalho nas lavouras de café da região.

No entanto, com a crise em 1929, os fazendeiros passam a investir os lucros obtidos com o café em empresas dos mais variados ramos. Desta forma, os imigrantes deixam o trabalho no campo e passam a migrar para os centros urbanos para trabalhar em comércios, fábricas, construções, entre outros, consolidando as possibilidades de crescimento da indústria, assegurando a atividade de maior relevância a partir de então até os dias atuais.

Em 1953, é implantado em São Carlos, a Escola de Engenharia de São Carlos, associado a USP e, em 1968, criada a UFSCar, sendo esta a única instituição federal de ensino superior no interior do Estado.

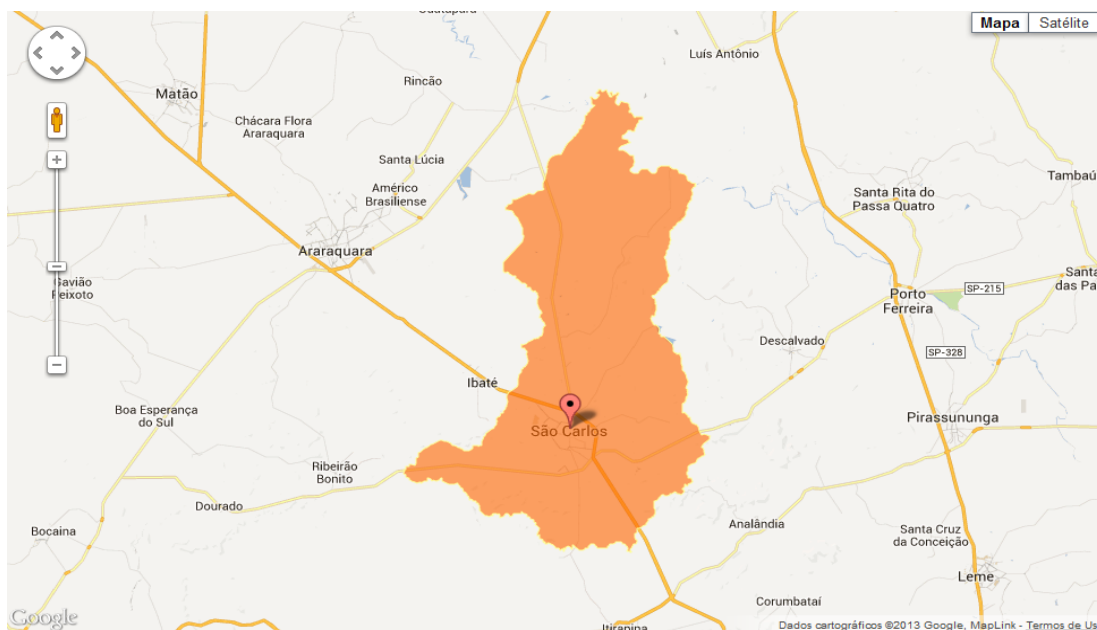


Imagem 1: Localização do município de São Carlos. Fonte: IBGE 2010.

O município possui extensão territorial de 1.137,332 km², sua vegetação é o cerrado, e compreende dois distritos: Santa Eudóxia e Água Vermelha, nos quais ainda predominam as atividades rurais (IBGE, 2010).

Possui o IDH de 0,841, classificado como mediano e o IDHM⁷ de 0,805, considerado muito alto, totalizando uma população de 221.950 habitantes, sendo que, deste total, 108.914 são homens e, 113.0363, mulheres. Ademais, 8.889 são habitantes da zona rural do município, desta forma, a taxa de urbanização é de 96% (IBGE, 2010). De acordo com o levantamento realizado em 2012, a população do município totalizava 226.322 habitantes, houve, então, um crescimento populacional de 2% em relação a 2010.

No que se refere a saneamento, o censo de 2010 indica que 99,10% da população de São Carlos tem acesso ao mesmo e, cerca de 0,1% possui abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados. Da mesma forma, 99,88% possui energia elétrica e, 99,96% da população urbana, coleta de lixo.

Em 2010, a renda per capita era de R\$ 1.079,00, de modo que 0,58% foi classificada como extremamente pobre e, 2,53%, pobre. Assim, o índice de Gini⁸ do município é de 0,49, indicando que cerca de 75% da população detém 25% da renda.

2.3 Perguntas

- Como tem se desenvolvido a escolarização das pessoas com deficiência no município de São Carlos na cidade e no campo?
- O acesso e a permanência na escola estão sendo garantidos?

2.4 Método

⁷ De acordo com o *site* Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, “o IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros”. (Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/home/>)

⁸ O Índice de Gini “é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar”. (Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/home/>)

Conforme a produção intitulada “Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais” de Gatti (1999, p. 2), “Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo”.

Desta forma, a concepção de mundo e o olhar desta pesquisa se refletem na perspectiva dialética, uma vez que trabalhei com a unidade entre quantidade e qualidade de Ferraro (2012), que defende que não há uma relação de oposição entre estas, visto que uma não isenta a outra, ao contrário,

Nessa perspectiva dialética, simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas. Essa perspectiva dialética permite, antes de tudo, afastar duas concepções opostas e igualmente vulneráveis: de um lado, a daqueles(as) que veem incompatibilidade, dicotomia ou oposição excludente entre métodos quantitativos e métodos qualitativos; de outro, a daqueles(as) que veem unidade entre os dois tipos de métodos – uma unidade construída não sobre a diferença que os distingue, mas sobre uma identidade imaginária que desfigura uns e outros, na medida em que ignora ou apaga as diferenças. Permite ainda afastar a tese de um *continuum* entre quantidade e qualidade, que acaba por restabelecer, nas posições extremas, a dicotomia quantidade-qualidade e, consequentemente, a exclusão mútua entre essas duas dimensões. Por fim, permite afastar a tese sedutora da complementaridade, a qual, ao mesmo tempo que obriga a enfrentar a capciosa questão sobre quais métodos complementam quais outros, implica uma hierarquização problemática entre os dois tipos de métodos. (FERRARO, 2012, p. 16)

2.5 Materiais e equipamentos

Para a efetivação desta pesquisa serão utilizados instrumentos como papel, caneta, lápis, notebook, xerox e transporte;

2.6 Procedimentos Metodológicos

2.6.1 Levantamento das matrículas de 2007 a 2012 no Censo Escolar

Nesta etapa, foi realizada a coleta de dados, organização por meio da tabulação e análise destes, a partir dos microdados do Censo Escolar disponibilizados pelo INEP

por meio do software SPSS versão 17.0, cujas variáveis de matrículas da educação básica de alunos com deficiência, determinadas para o presente estudo foram: **modalidade de ensino** (Ensino Regular, Educação Especial e EJA); **etapa de ensino** (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA); **dependência administrativa da escola** (Federal, Estadual, Municipal e Particular); **sexo** (Masculino e Feminino); **cor/raça** (Não declarado, Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena); **localização diferenciada da escola** (terra indígena, área remanescente de quilombo, área de assentamento); **utilização do transporte escolar** (se utiliza ou não); **poder público responsável pelo transporte** (municipal ou estadual) e **salas multisseriadas** (unificadas, multietapa, multi, correção de fluxo, mista) **por zona residencial do aluno e localização da escola**. Estas variáveis, foram cruzadas com as **Deficiências Visual** (Deficiência Visual + Baixa Visão); **Auditiva** (Deficiência Auditiva + Surdez); **Física e Mental** (Deficiência Mental + Síndrome de Down para os anos de 2007 e 2008) – termo utilizado pelo INEP, embora este não corresponda ao atualmente utilizado no meio acadêmico.

Assim, considerou-se que, será possível obter um panorama geral de matrículas em escolas localizadas na cidade e no campo no município de São Carlos. Após a elaboração das tabelas com os dados, houve a análise dos microdados referente às matrículas de alunos com as deficiências mais frequentes. Por último, apresentação dos resultados.

2.6.2 Entrevistas com representantes no município de São Carlos

De modo a coletar os dados concernentes ao roteiro elaborado pelas pesquisadoras do projeto de pesquisa “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, foi necessário contatar P1ga, chefe da Divisão de Educação Especial do município de São Carlos até a gestão que se findou em 2012, para compreender a organização da Educação Especial ofertada pela rede municipal de educação.

O contato com P1ga possibilitou expandir a rede de relações com os demais representantes, como com o coordenador do núcleo pedagógico da rede estadual, aqui identificado por P3ge, que forneceu informações sobre como está estruturada a modalidade de educação especial na rede estadual do município estudado.

Posteriormente, P1ga intermediou, também, o contato com o representante da ONG MID (Movimento de Informação ao Deficiente) que, prontamente, informou o trabalho desenvolvido no município voltado à população com deficiência, embora não tenha um foco educacional.

Por último, o representante da ONG MID indicou o representante da ASSC (Associação de Surdos de São Carlos) para o esclarecimento dos serviços prestados e do trabalho desenvolvido voltado à população com deficiência auditiva de São Carlos. Ressalta-se que a entrevista realizada com P1ga foi a única que ocorreu pessoalmente, de modo que os demais foram realizados por e-mail, mas, todos os retornos obtidos ocorreram de maneira bastante solícita.

2.6.3 Análise documental

Segundo Bravo (1991 apud SILVA, DAMACENO, SOBRAL, FARIAS, 2009, p. 3), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas idéias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

Desta forma, de maneira a complementar os documentos adquiridos por meio dos microdados e entrevistas, foram levantados documentos referentes à educação, sendo a Lei orgânica do município de São Carlos o qual estava diretamente relacionado à proposta extraído do site da Câmara Municipal.

Além disso, o representante da ONG MID forneceu um documento de apresentação acerca do objetivo do trabalho realizado pela mesma, embora não seja o foco, é destinado à população residente com deficiência, inclusive a qual se encontra em idade escolar.

Tais documentos serão descritos de maneira mais detalhada nos próximos tópicos ou podem ser conferidos, na íntegra, nos anexos 3 e 4 ao final deste trabalho.

2.7 Aspectos Éticos da Pesquisa

Este trabalho terá como base o estudo de dados estatísticos obtidos por meio do banco de dados (Censo Escolar) fornecido pelo INEP, a partir do programa SPSS, portanto, não se utilizará de seres humanos.

2.8 Forma de análise

Para este estudo, será apresentado, inicialmente, a problemática da pesquisa quantitativa em educação. Para tanto, serão evidenciados dois estudos sobre esta realizados pela pesquisadora Bernadete Angelina Gatti⁹, sendo os intitulados “Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais”, publicado em 1999 e, “Estudos quantitativos em educação”, publicado em 2004.

A primeira produção refere-se às questões ligadas aos procedimentos metodológicos das pesquisas da área da educação e dá início à discussão conceituando método como uma forma de construir o conhecimento com base na concepção de mundo do pesquisador. Logo, “método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo” (GATTI, p. 2, 1999).

Além disso, a autora também enfatiza a carência de solidez teórico-metodológica, que está diretamente relacionada ao histórico das pesquisas realizadas na área das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que estas tinham como base os modelos das Ciências Exatas que se edificaram de maneira mais consistente e eram consideradas enquanto, de fato, ciência. Mediante a este fato, a apropriação dos modelos foi se modificando com o passar do tempo, visto que as Ciências Físicas e Naturais firmaram suas análises a partir da concepção lógico-empirista, assim, “trabalha-se com outros planos de estruturas matemáticas e conceituais para explicar os fenômenos” (GATTI, 1999, p. 6).

Tal fato caracteriza a constituição das Ciências Humanas e Sociais, embora, de acordo com a autora, este avanço tenha surgido de maneira concomitante a questões

⁹ Docente aposentada da USP, foi professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP e exerceu o cargo de Superintendente de Educação e Pesquisa na Fundação Carlos Chagas, tendo sido Consultora da UNESCO e de outros organismos nacionais e internacionais. Atualmente, atua como Pesquisadora Colaboradora na Fundação Carlos Chagas, como Coordenadora da Editoria Científica da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) e do Comitê Editorial da Revista Estudos em Avaliação Educacional. Eleita Vice Presidente da Academia Paulista de Educação. Suas Áreas de Pesquisa são: Formação de Professores, Avaliação Educacional e Metodologias da Investigação Científica. (GATTI, 2012)

relacionadas à ausência de criticidade, uma vez que não se consideravam erros ou outras direções de base real no auge da construção dos instrumentos de medida.

“De qualquer maneira, a crítica à neutralidade do pesquisador, dos instrumentos, do empiricismo absolutizante, da mistificação da ideia de uma objetivação que dificilmente se sustenta foi sumamente importante para um reposicionamento geral em várias tradições de trabalho na pesquisa nas áreas sociais e das humanidades”. (GATTI, 199, p. 9)

Desta forma, a autora enfatiza que é necessário haver bastante cautela com relação ao método, pois este não se resume ao cumprimento de determinados critérios pré-estabelecidos, mas corresponde, também, às experiências do pesquisador com o que pesquisa, além do que almeja responder. Contudo, o pesquisador as atinge por meio de muito estudo, estabelecendo uma boa base teórica de maneira a dominar sua área. Desta forma, as respostas obtidas não devem ser consideradas verdades absolutas, mas, aproximações da realidade que podem sempre sofrer revisões ou superações.

No outro artigo, Gatti (2004) discute o uso de dados quantitativos em pesquisas na área da educação, revelando a escassez de produções sobre, além da falta de conhecimento e interesse por parte dos educadores a respeito da temática. Por conta disto, muitos dos estudos quantitativos não foram realizados por educadores, distanciando assim, reflexões e olhares sobre educação.

É possível diferenciar três tipos de dados: categóricos, em que divide-se os dados em classes e, posteriormente, verifica-se sua frequência nestas; ordenados, que mostram os dados conforme sua posição; e métricos, que podem ser mensurados e demonstrado em escalas numéricas. Cada tipo de dado mencionado deve receber um tratamento estatístico referente à sua particularidade.

Foi realizado um levantamento de estudos concernentes à temática desde o início dos anos de 1970 até o ano de publicação nos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Inep/MEC), Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), Educação e Realidade (UFRS), Educação e Sociedade (Cedes/Unicamp), Revista Brasileira de Educação (ANPEd), Estudos em Avaliação Educacional (Fundação Carlos Chagas), Ensaio (Fundação Cesgranrio). É importante salientar que não se tratam de teses ou dissertações.

A autora enfatiza, mais uma vez, a importância da maneira sensata de tratar os dados da pesquisa, visto que estes são mutáveis e a construção do conhecimento se dá, também, por meio das transformações. Assim sendo,

[...] os métodos quantitativos de análise são recursos para o pesquisador, o qual deve saber lidar com eles em seu contexto de reflexão (num certo sentido deve dominá-los) e, não, submeter-se cegamente a eles, entendendo que o tratamento desses dados por meio de indicadores, testes de inferência, etc. oferecem indícios sobre as questões tratadas, não verdades; que fazem aflorar semelhanças, proximidades ou plausibilidades, não certezas. (GATTI, 2004, p. 4)

De acordo com a autora, os trabalhos foram selecionados com base no número de vezes em que foram referenciados ou que foram foco de debate. Então, realizou uma divisão em conformidade com o tema, destacando os pesquisadores, foco de estudo e as distintas formas de análise. No decorrer das descrições em cada subconjunto, se sobressaíram trabalhos dos pesquisadores Alceu R. Ferraro, Sérgio C. Ribeiro, Fúlvia Rosemberg, Melchior, Jacques Velloso, Lia Rosenberg, entre muitos outros.

Tendo em vista a fragilidade dos dados estatísticos, os trabalhos apresentados mostraram a importância da aquisição do domínio teórico, além da escolha cuidadosa referente à análise dos dados, de modo a levantar “compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico” (GATTI, 2004, p. 16). Assim, embora o enfoque deste estudo seja o quantitativismo não se descarta os princípios das metodologias qualitativas, pois fazem parte da mesma unidade.

O estudo de Rosemberg¹⁰ (1999), intitulado “Expansão da educação infantil e processos de exclusão” se constitui em uma consistente referência, englobando todos os preceitos defendidos por Bernadete Gatti frente aos estudos quantitativos.

A autora confronta distintos indicadores¹¹ no recorte temporal que se inicia em 1970 e se estende até 1996 e realiza sua análise com sólido embasamento teórico sobre estudos de gênero, relações raciais, classe, formação de professores no campo da Sociologia da Educação.

¹⁰ Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1965) e doutorado em Psychobiologie de l'Enfant - Ecole Pratique des Hautes Etudes /Universite de Paris (1969). Atualmente é pesquisadora senior da Fundação Carlos Chagas, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, políticas públicas, relações raciais, ação afirmativa e educação (ROSEMBERG, 2013).

¹¹ IBGE, PNAD's, SEEC/MEC, PNUD/IPEA, IDH, taxas de escolarização, cor, sexo, rendimento familiar, local de residência.

Assim, evidencia o histórico desvalorizado da educação infantil, por meio de todas estas complexas relações, além de mostrar o impacto, nas etapas seguintes, da ocorrência, ou não, de uma garantia efetiva de acesso e igualdade de oportunidades.

Em outro estudo, nomeado “Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil contemporâneo”, publicado em 2001, Rosemberg objetiva evidenciar as desigualdades que ocorrem durante a escolarização entre homens e mulheres, utilizando dados provenientes do MEC, IBGE e RAIS, documentos oficiais de organizações multilaterais, além de movimentos sociais e apresenta suas problemáticas enfocando no acesso desigual por gênero, de maneiras distintas, no período que compreende desde 1960 até 1999.

Assim, confronta as produções acadêmicas com as produções realizadas pelas organizações multilaterais, movimentos sociais e o próprio governo e constata a carência de produções mais aprofundadas referente à temática, visto que estes reforçavam a discriminação contra a mulher, mas não consideravam fatores como etnia, região, idade, entre outros, fortalecendo o senso comum.

Em contrapartida, atribui esta insuficiência ao “peso das análises e propostas internacionais dominantes, que dificultam uma mirada mais perspicaz sobre os aportes das teorias de gênero aos dilemas que o sistema educacional brasileiro (e talvez outros) enfrente na atualidade” (ROSEMBERG, 2001, p. 4).

Por fim, Rosemberg (2001) associa as variáveis sexo, níveis de ensino, idade, áreas de graduação, disciplinas e rendimento mensal e verifica, por meio dos dados oficiais analisados que, homens e mulheres negras apresentam maior defasagem escolar frente a homens e mulheres brancos, além disso, homens possuem maior insucesso escolar do que as mulheres por conta da frequência, oportunidade de permanência, além dos papéis concedidos aos gêneros pela família e sociedade.

Outro pesquisador de suma importância a ser destacado neste estudo é Alceu Ravello Ferraro¹², haja vista sua ampla produção alicerçada em dados censitários. Deste modo, faz-se relevante ilustrar algumas destas.

Em “Analfabetismo e níveis de letramento: o que dizem os censos?”, Ferraro (2002), questiona a veracidade dos dados estatísticos apresentando, de maneira inicial, o

¹² Professor do Departamento de Educação e do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação/IEPG, da Escola Superior de Teologia/EST, São Leopoldo/RS. Professor Titular aposentado da UFRGS. Ex-professor titular da UNISINOS e da UCPEL. Ex-presidente da ANPED, 1989/93. Pesquisador do CNPq. Por determinação judicial, em 1992 foi feita correção no sobrenome, o qual passou de FERRARI para FERRARO (FERRARO, 2002)

contexto histórico das estatísticas educacionais, em sua gênese, no Brasil, por meio da análise do analfabetismo desde o primeiro Censo realizado em 1872.

Desta forma, aponta que é histórico o descaso e a falta de clareza quanto à importância da estatística. Além disso, discute a fidedignidade dos dados deduzindo que “o problema pode estar principalmente na má qualidade dos registros escolares” (FERRARO, 2002, p. 23).

Em outro tópico, revela o valor significativo de estudar, de modo complementar, o cenário em que a população analisada se encontra recorrendo aos dados fornecidos pelos censos demográficos, podendo ser analisados de dois ângulos distintos, sendo um de seu estado e, outro, de seu movimento¹³.

Assim, utiliza tais critérios para descrever seu estudo frente ao analfabetismo e os níveis de letramento, que o título traz, considerando todas as transformações sofridas pelo censo em 130 anos de história analisada (1872 a 2000)¹⁴, de modo que demonstra, por meio de dois gráficos, a tendência secular das taxas de analfabetismo e a tendência secular do número de analfabetos, ambas no espaço temporal citado e por recortes de idade, sendo de 5 anos ou mais; 10 anos ou mais; e 15 anos ou mais, constatando que são inversamente proporcionais, pois a medida que a taxa de analfabetismo decai, o número de analfabetos cresce ao longo do tempo. Em momento posterior, apresenta o analfabetismo por meio dos níveis de letramento¹⁵, em que destaca os anos de estudo divididos, também, por idade.

Por último, o autor destaca a existência, ainda hoje, de milhões de brasileiros ainda excluídos socialmente por conta da exclusão educacional sofrida em sua trajetória, além do impacto de não frequentar o ensino infantil frente às etapas seguintes. Assim, finaliza considerando que

[...] parece-me que a área da educação poderia dar mais atenção às potencialidades, aos limites e aos métodos relacionados com o uso dos dados originados de fontes como os censos, as PNADs e os registros escolares. Temo que, com o argumento de livrar-se do quantitativismo e dos problemas relacionados com a utilização das estatísticas educacionais, tenha-se acabado

¹³ De acordo com Ferraro (2002, p. 24), os censos que trabalham com dados referentes ao estado da população, lidam com “pesquisas por amostragem, conduzidas periodicamente pelo IBGE [...]. Já as informações/estatísticas do movimento da população são obtidas principalmente por meio dos registros civis (nascimentos, mortes, casamentos/separações/divórcios”.

¹⁴ Correspondem ao primeiro e último censo realizado antes do referido estudo.

¹⁵ “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18 apud FERRARO, 2002, p. 38)

por jogar fora a criança junto com a água do banho. Se assim foi, talvez se possa ainda recuperá-la... (FERRARO, 2002, p. 44).

O próximo estudo de Ferraro (2009) a ser realçado, intitulado “Gênero e Alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: a história quantitativa da relação”, tem como eixo central apresentar o vínculo estabelecido entre gênero e alfabetização no período citado no título, categorizando por grupos de idade.

Para tanto, utiliza como parâmetro alguns estudos financiados pela UNESCO e questiona seus resultados confrontando-os com os dados censitários. Da mesma maneira, equipara resultados da realidade brasileira com a de outros países por meio da literatura internacional.

Mediante aos dados, o autor constata que a taxa de alfabetização das meninas é maior que dos meninos e busca algumas respostas na literatura, em que alguns autores defendem que esta desigualdade ocorre por conta do trabalho infantil, sendo os meninos os mais requisitados ou a maior dedicação feminina para com a educação, a tendência pacífica da mulher dentro da lógica escolar. Ferraro (2009, p. 45) ainda destaca a preocupação de Rosemberg (1996) em, além de gênero, “articular também pertencimento racial e origem socioeconômica”.

Além disso, o autor questiona que as produções analisadas, concernentes à temática, estão voltadas ao fracasso escolar dos meninos. Mas, não há algum que tenha como foco o sucesso escolar das meninas, mostrando que as produções acadêmicas, embora de maneira camuflada, priorizam o papel do homem frente à mulher.

Por fim, de maneira a permitir maior compreensão sobre a forma de análise do presente estudo será descrita, de maneira breve, uma das produções mais recentes Ferraro (2012) - com foco no que autor traz referente à unidade entre qualidade e quantidade - nomeada “Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista”.

Assim sendo, este trabalho possui a forma de enxergar e dialogar com os números de Alceu Ferraro que, por sua vez, descarta a existência da fragmentação e/ou complementariedade entre qualidade e quantidade, considerando a perspectiva da unidade. Além disso, para embasar a dialética, recorre a Gramsci e Marx, uma vez que, de acordo com o autor, estes oferecem componentes importantes para o progresso do estudo sobre a relação existente entre quantidade e qualidade nas pesquisas da área de educação e ciências sociais.

Assim, apesar das críticas existentes em relação à veracidade dos dados do Censo e, de maneira concomitante, considerando sua importância para a orientação de políticas públicas, compreendo que este trabalho, por meio das potencialidades das estatísticas educacionais, será significativo para a área da educação especial, evidenciando estes sujeitos que pouco são lembrados e, cuja história apresenta negligência e esquecimento.

3. MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL, SUDESTE E SÃO PAULO

Neste tópico, será possível obter um panorama geral de matrículas de Brasil, Sudeste e São Paulo, de modo a realizar a análise destas com relação aos alunos identificados com as deficiências mais frequentes: Deficiência Visual (Deficiência Visual + Baixa Visão), Deficiência Auditiva (Deficiência Auditiva + Surdez), Deficiência Mental (Deficiência Mental + Síndrome de Down para os anos de 2007 e 2008) e Deficiência Física.

O período estudado se justifica, pois

“O ano de 2007 foi escolhido como o inicial por ter sido o um ano anterior ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Saúde, 2008. (Loureiro, Macalli, Kawamura, 2012, p. 4)

E o ano de 2012 foi definido enquanto último, pois correspondem aos dados mais atuais do Censo Escolar da Educação Básica.

Optou-se, nesta seção, por apresentar dados referentes às variáveis modalidade e transporte a nível nacional, regional e estadual, pois considerou-se que, por meio destas, seria possível analisar como as matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo e moram no campo e estudam na cidade têm se movimentado no decorrer dos anos de 2007 a 2012 equiparando-os com os registros referentes aos dados gerais da educação básica. No entanto, as tabelas de todas as demais variáveis podem ser consultadas no apêndice 1.

Serão expostas, inicialmente, as matrículas gerais de alunos (tabela 1) e, em momento posterior, matrículas isoladas por alunos que moram no campo e estudam no campo (tabela 2), seguidas de moram no campo e estudam na cidade (tabela 3). Em

seguida, alguns apontamentos serão realizados por meio do cotejamento dos dados referentes a Brasil, Sudeste e São Paulo.

Tabela 1: Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil												
2007	42485	30476	28775	105503	11797	30026	13825	232835	8288	4576	2278	10216
2008	47884	35258	35834	120088	9339	26122	12049	211150	8203	5131	2344	13051
2009	51582	37372	43320	154384	6123	20559	11138	174083	10293	5105	2697	13681
2010	64212	46446	63030	231449	7236	18323	32110	182374	11077	6054	3875	19725
2011	65916	50267	72951	289389	6171	15452	29614	163597	10848	6897	4834	24678
2012	67875	52803	81994	337674	6593	14146	30818	171766	10105	6958	5184	27859
Sudeste												
2007	16357	12552	14824	47522	3866	10718	5324	96422	1852	1792	927	4959
2008	17514	14019	17822	59138	2914	8890	4850	92021	2078	2120	1036	6514
2009	17278	14422	21472	74178	2378	7664	4779	85635	2058	2229	1211	7178
2010	18048	17025	28878	99919	3809	7024	18405	92934	1823	2261	1445	8508
2011	17914	17817	32145	112765	3207	6379	17338	87742	1637	2305	1676	9038
2012	18636	18898	36572	131437	3064	5731	16790	84842	1541	2321	1799	9754
São Paulo												
2007	11488	7143	9162	33899	1064	4297	1433	44424	1156	1160	639	3483
2008	11189	7595	11011	43023	995	3797	1626	43028	1147	1340	662	4811
2009	10981	8067	13396	52868	927	3240	2128	39831	1097	1427	736	5580
2010	9619	9712	16179	61684	1703	3291	8685	45122	902	1302	711	5458
2011	9131	9915	17398	62681	1453	3050	8258	43119	661	1180	754	5274
2012	9269	10291	19451	69398	1389	2724	7951	41960	628	1129	817	5402

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Tabela 2: Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) de alunos que moram e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil												
2007	7276	3031	2789	8704	122	209	96	1457	3589	241	150	340
2008	8145	3840	3512	10960	87	156	104	1369	3235	288	163	490
2009	8725	4370	4654	15165	41	86	79	1202	4254	330	223	580
2010	12256	5719	7053	23942	120	99	111	1084	4419	397	372	972
2011	12288	6222	8660	31101	55	74	121	966	4172	425	481	1382
2012	11876	6138	9289	35514	46	63	125	828	4127	458	471	1573

Sudeste

2007	500	393	412	1297	8	9	3	168	79	9	12	20
2008	651	465	536	1759	6	6	14	250	63	26	9	36
2009	676	489	641	2514	7	6	9	174	56	21	14	47
2010	903	570	916	3934	24	15	18	116	40	34	28	78
2011	867	576	1073	4849	5	1	18	124	25	19	26	98
2012	860	566	1124	5678	7	4	33	141	19	20	28	137

São Paulo

2007	98	72	76	334	1	0	1	50	5	2	0	1
2008	130	74	97	448	1	1	2	60	0	3	3	8
2009	167	93	170	684	1	0	4	58	0	3	2	11
2010	164	106	194	870	2	0	12	53	3	1	2	8
2011	134	100	203	998	4	0	10	74	2	5	4	7
2012	137	96	221	1219	6	3	27	91	1	4	2	23

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Tabela 3: Número de matrículas da educação básica por modalidade (Ensino Regular, Ensino Fundamental e EJA) de alunos que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil												
2007	3152	2283	1958	7636	779	2563	1615	26083	456	239	110	665
2008	3375	2043	1711	5863	575	1838	1110	15459	515	224	108	480
2009	4431	2622	2238	10050	452	1473	1117	16237	848	232	140	510
2010	6132	3371	3467	15990	600	1436	2924	17607	891	368	246	862
2011	6745	3900	4225	21444	552	1138	2681	16341	937	410	318	1263
2012	7987	4774	5386	30166	817	1376	3884	23494	793	465	381	1696
Sudeste												
2007	974	920	1063	2761	286	1000	606	9639	37	94	33	240
2008	962	669	672	3010	218	493	470	6575	194	71	37	219
2009	1009	758	818	4370	157	401	452	6738	83	79	49	233
2010	1117	898	1083	6082	271	408	1372	7276	69	61	59	266
2011	1183	980	1334	7388	260	355	1376	7243	55	89	63	311
2012	1326	1080	1526	9315	271	317	1374	7198	60	96	67	402
São Paulo												
2007	330	196	200	1305	21	51	28	1131	16	30	11	51
2008	380	244	271	2093	26	65	52	1450	27	34	15	121
2009	420	307	359	3095	32	53	93	1565	25	38	22	172
2010	400	363	458	3548	70	60	370	1973	12	25	14	153
2011	421	370	543	3670	87	51	385	2057	11	32	15	131
2012	445	406	642	4321	96	50	417	2148	19	35	19	160

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

À princípio, é possível notar que a quantidade de matrículas de deficiência mental corresponde a qual possui o maior número de registros, destacando-se diante das demais. A análise foi realizada por modalidade, a começar pelo Ensino Regular¹⁶. Em geral, com relação a proporção das deficiências no Ensino Regular e considerando sua ordem decrescente, percebe-se que se estabelece da seguinte forma: deficiência mental, seguida de deficiência visual, deficiência física e, por último, deficiência auditiva.

Em referência às matrículas gerais desta modalidade, verifica-se que há crescimento contínuo e significativo, no decorrer do período estudado, no Brasil e na região Sudeste, com exceção de deficiência visual no Estado de São Paulo, que apresenta decréscimo todos os anos. Além disso, nota-se que ao cotejar o número de matrículas de 2007, de São Paulo com a região Sudeste, percebe-se que aproximadamente metade foram registrados no estado estudado. Assim, as matrículas remanescentes, dividem-se entre os outros 3 estados da região.

Quanto às matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo, é possível constatar que, assim como nos dados gerais, há um acréscimo em todos os anos, excetuando deficiência visual que apresenta decréscimos a nível Brasil, Sudeste e São Paulo.

No que se refere às matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade a nível nacional e regional, estas decaem em 2008. Contudo, a partir de 2009, o crescimento é contínuo. De maneira oposta às tabelas 1 e 2, a tabela 3 mostra que o estado de São Paulo apresenta acréscimo em todas as deficiências, ano a ano. Além disso, ao cotejar dados do estado com os referentes à região estudada, observa-se que o mesmo ocorre com relação aos dados gerais: a maior parte dos registros estão concentrados no estado de São Paulo.

A modalidade de Educação Especial¹⁷ se sobressai pela inconstância caracterizada por acréscimos seguidos de decréscimos, assim como o contrário também ocorre. Além disso, o número de alunos com deficiência auditiva identificados e registrados como pertencentes a esta modalidade é bastante superior, se comparados à proporção encontrada no Ensino Regular. Tal discrepância pode inferir à falta de estrutura para garantir acesso e permanência, especificamente, deste público alvo da

¹⁶ Oferece, na rede regular de ensino, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

¹⁷ Atende a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, em escolas ou classes especiais.

educação especial na rede regular de ensino. No entanto, para comprovar este apontamento é necessário a realização de um novo estudo, com outras formas de coleta de dados, visto que os apresentados neste estudo não dão subsídios necessários para afirmação semelhante.

No que concerne os dados das matrículas gerais de Brasil, observa-se que, à medida que as deficiências mental, visual e auditiva sofrem quedas, os registros de deficiência física apenas crescem. Com relação a esta última, o mesmo ocorre em São Paulo.

Esta instabilidade segue em relação às matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo. A nível nacional, destaca-se a queda constante dos registros de deficiência mental. Além disso, Sudeste e São Paulo apresentam números bastante inferiores, considerando as matrículas de Brasil.

Tal fato se estende com as matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade. É relevante salientar e atentar-se para o número significativo de registros da região Sudeste em relação ao Brasil, mostrando que a maior parcela dos alunos que se deslocam até a cidade para estudar estão nesta região e, de maneira concomitante, nota-se que São Paulo apresenta matrículas bastante elevadas se comparadas aos números de alunos que moram no campo e estudam no campo, também no mesmo estado.

Na modalidade de EJA¹⁸, destaca-se a instabilidade de quedas e aumento, assim como na modalidade descrita anteriormente. Além disso, o elevado número de alunos com deficiência visual, posterior à deficiência mental a nível nacional e regional. Em São Paulo, a deficiência que vem logo após a mental, em proporções numéricas, é a auditiva. No mesmo estado, também merece destaque as matrículas bastante reduzidas, se equiparadas a Sudeste e Brasil, de alunos que moram no campo e estudam no campo.

¹⁸ Destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade própria. (MEC/INEP. Caderno de Instruções: 2007, 2008a, 2009, 2010, 2011 e 2012)

CAPÍTULO II

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

As presentes informações foram fornecidas¹⁹ por P1ga, chefe da Divisão de Educação Especial do município de São Carlos até a gestão passada, visto que os dados do presente estudo referem-se até o ano de 2012. Porém, foi necessária uma autorização prévia, por telefone, de P2gat, chefe da atual gestão. Para tanto, foram realizados cerca de dois encontros e, as dúvidas que foram surgindo no decorrer deste estudo, P1ga prontificou-se a responder por e-mail.

Além disso, P3ge – professor coordenador do Núcleo Pedagógico da rede estadual de São Carlos - contribuiu fornecendo informações referente à Educação Especial nas escolas estaduais do município estudado, via e-mail. Outro contato realizado, e intermediado por P1ga, foi com o coordenador da ONG MID (Movimento de Informação sobre Deficiência) - consiste na única ONG da qual se tem conhecimento no município e cujo serviço prestado é voltado para pessoas com deficiência. Este, por sua vez, possibilitou contatar o presidente da ASSC (Associação de Surdos de São Carlos) e verificar qual o trabalho voltado aos surdos realizado no município.

De modo adicional, algumas informações também foram coletadas no site da prefeitura de São Carlos e do IBGE, em que, por meio dos dados coletados neste último, fosse possível expor uma parcela da realidade do município, além de equiparar com os microdados de matrículas.

4.1 A organização da educação especial a partir das legislações

Com base na Lei Orgânica do Município de 20 de dezembro de 2010 (p. 36), são apresentadas, no documento (anexo 3), as seguintes responsabilidades quanto à educação:

Art. 135. O Município organizará em regime de colaboração com o Estado, seu sistema de ensino.

Art. 136. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

¹⁹ Durante entrevista com a chefe da Divisão de Educação Especial de São Carlos (2012), identificada aqui por P1ga.

Art. 137. O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 138. O Município publicará até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação, nesse período e discriminadas por nível de ensino.

Art. 139. É vedado o uso de próprios públicos municipais para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza.

O site da prefeitura do município disponibiliza as legislações educacionais divididas pelas etapas de ensino pelas quais é responsável – Ensino Fundamental e Educação Infantil. Contudo, dentre estas políticas, foi encontrada somente uma voltada para a Educação Especial, sendo a Lei 10.098/2000, que estabelece as normas de acessibilidade para pessoas com deficiência. No entanto, de acordo com P1ga, o município utiliza como referência legislações e programas nacionais, tais como:

- Constituição Federal de 1988
- LDB 1996 – emendas
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- Resolução nº 04/09 – CNE
- Decreto nº 7611/11

4.2 As instituições especializadas no município de São Carlos

O município conta ainda com três instituições especializadas: a Paralelo, a ACORDE (Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento do Excepcional) e a Escola Rotary de Educação Especial Dr. Angelo Passeri, cuja mantenedora é a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos), além das Organizações Não Governamentais (ONGs), que não dispõe de nenhum tipo de levantamento.

A Paralelo é uma escola de educação especial particular e a ACORDE é uma entidade filantrópica, cujo objetivo é capacitar os alunos profissionalmente para o mercado de trabalho.

A APAE, fundada em 26 de maio de 1962, é uma instituição de educação especial de caráter filantrópico e oferece serviços que compreendem a categoria

educacional somada à saúde, quando necessário, por meio do atendimento educacional especializado ofertado no contraturno do período em que o aluno frequenta a rede municipal.

O Plano Escolar 2011 não apresentava o número total de alunos atendidos em período integral ou parcial. No entanto, o banco de dados *online* do Data Escola Brasil, disponibilizado pelo INEP e proveniente dos microdados, mostrava neste mesmo ano, que esta instituição contava, no total, com 340 alunos matriculados e seu alunado abrangia a faixa etária dos primeiros anos até idades mais avançadas. Em consulta realizada no mesmo banco, foi possível verificar que, em 2012, o número de matrículas cresceu para o total de 457, sendo 23 da educação infantil, 124 do ensino fundamental e, 310 da EJA. Além disso, há o registro de 42 matrículas de alunos que frequentam o AEE e que recebem os seguintes atendimentos: Estratégias para o desenvolvimento de processos mentais, Técnicas de orientação e mobilidade, Ensino de uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, Estratégias para enriquecimento curricular, Ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, Estratégias para autonomia no ambiente escolar.

Durante um trabalho de campo realizado para a disciplina “Práticas Pedagógicas em Educação Especial: Ensino Fundamental”, ministrada pela Profª. Dra. Katia Caiado, foi possível conhecer mais de perto este serviço e verificou-se que a sala contava, em 2012, com 16 alunos de 7 a 16 anos e o conteúdo trabalhado era o mesmo para todos, como, por exemplo, pintura de desenho, cópia das vogais e alfabeto, entre outros.

A APAE ainda dispõe de dois convênios com a Prefeitura Municipal de São Carlos:

- Geral: repasse anual de recurso para que, também, sejam contratados profissionais. As atribuições de Instituição e município são expressas no convênio;
- Específico: financiamento de alunos com autismo, por meio de uma Demanda Judicial, de modo que é determinado um público a ser atendido pela APAE e outro pela ACORDE, em que de quatro alunos, a primeira instituição assume três e, a segunda, um.

Em consulta realizada no site da instituição, a unidade de São Carlos é filiada à FENAPAES (Federação Nacional das APAEs) e seus recursos são “advindos do

governo municipal de São Carlos, federal, estadual e doações de amigos através do nosso quadro social, telemarketing e eventos filantrópicos”.

O município não possui cadastro a respeito das ONG's cujo serviço é voltado às necessidades das pessoas com deficiência. No entanto, de acordo com P1ga, São Carlos conta com a ONG Movimento de Informação sobre Deficiência, fundada em agosto de 2006. No anexo 4, é possível consultar o documento de apresentação desta fornecida pelo representante.

ONG MID – Movimento de Informação sobre Deficiência –, tem como principal função fornecer informações aos deficientes e oferecer parcerias com outras instituições e academias com atendimento diferenciado. O próximo passo, de acordo com a comissão organizadora, é fazer uma campanha para cadastrar os deficientes da cidade. (São Carlos, 2006)

A ONG MID lançou, em 21 de setembro de 2013, Dia Nacional de Lutas das Pessoas com Deficiência, com o apoio da Prefeitura Municipal, um manual de informações sobre deficiências (anexo 5). Este possui o objetivo de informar à população do município quais são os tipos de deficiência, a definição de cada uma e, como se portar diante de cada indivíduo identificado com alguma destas.

Além disso, seus integrantes estão buscando parcerias para realizar o levantamento do Censo da pessoa com deficiência no município de São Carlos. No anexo 4 é possível conferir o documento concedido pelo coordenador, em que descreve o trabalho realizado pela ONG MID. Por meio da página em rede social é possível verificar que mudaram, em outubro de 2013, para um sede localizada na Vila Celina e, anteriormente, funcionava no Mercado Municipal.

No início de 2013, o município passou a contar, oficialmente, com a Associação de Surdos de São Carlos (ASSC). De acordo com o presidente desta, o grupo existe desde 2005, mas, por conta de inúmeros desafios, a Associação se concretizou após 8 anos. Contudo, não de maneira plena, haja vista a falta de uma sede para a realização de encontros, planejamento e desenvolvimento de atividades, uma vez que, embora possuam muitos sonhos e planos, a falta de um local fixo e que se constitua em um espaço dos surdos, impossibilita tal atuação.

Desta forma, reuniões mensais são realizadas, provisoriamente, no paço municipal para surdos que querem tirar carta de motorista. Além disso, nos finais de semana em que não há nenhum evento programado no Sesc São Carlos, a quadra foi

liberada para a utilização do grupo para partidas de futsal. A divulgação das atividades ocorre, principalmente, por meio da página da associação em rede social, em que há uma breve descrição em português e um vídeo com um dos integrantes passando a informação em LIBRAS.

4.3 Dados demográficos do IBGE (2010)

Neste tópico, serão apresentados dados demográficos referentes ao último levantamento realizado pelo IBGE (2010). Para tanto, além dos dados do município estudado, foram coletadas informações a nível nacional, regional e estadual com o intuito de obter um panorama do município em relação às demais esferas apresentadas.

Tabela 4: Total da população segundo a situação de domicílio

Domicílio	Brasil	Sudeste	São Paulo	São Carlos
Campo	29 821 150	5 667 069	1 675 429	8 889
Cidade	160 934 649	74 697 341	39 586 770	213 061
Total	190 755 799	80 364 410	41 262 199	221 950
% com relação à população total que reside no campo	15,63	7,1	4,2	4,2

Fonte: Elaboração própria com base no Censo demográfico, IBGE/SIDRA (2010).

Como é possível notar, a maior concentração de habitantes ocorre, predominantemente, na área urbana a nível nacional, regional, estadual e municipal. No Brasil, o número de habitantes da área rural corresponde a 15,63%; a região sudeste apresenta um total de 7,1% de habitantes da área rural frente ao total desta; o município de São Carlos segue a proporção do Estado de São Paulo, sendo de, aproximadamente, 4,2% habitantes residentes na área rural. Além disso, em São Carlos, 1.678 habitantes da zona rural, que equivale cerca de 18,88% do total de habitantes, se encontram em idade escolar – 5 a 17 anos. (IBGE, 2010)

0 a 4 anos	10.526	5.809	12.903	11.381	487	324	617	453
5 a 9 anos	22.661	8.930	11.378	21.681	920	518	504	1.081
10 a 14 anos	36.046	11.154	11.388	29.415	1.311	624	642	1.598
15 a 17 anos	23.938	6.596	7.395	18.392	831	362	376	964
São Carlos								
0 a 4 anos	11	9	69	44	0	0	0	0
5 a 9 anos	71	17	17	57	0	0	10	10
10 a 14 anos	152	40	79	169	0	0	0	0
15 a 17 anos	56	41	10	74	0	0	6	12

Fonte: Elaboração própria com base no Censo demográfico, IBGE/SIDRA (2010).

Para a elaboração da tabela 6, foi realizada a soma das seguintes categorias: não consegue de modo algum e grande dificuldade concernentes a cada deficiência estudada, à localização residencial – urbana e rural – e aos grupos de idade da população em idade escolar.

Observa-se, assim, o predomínio de registros superiores da população com deficiência física, cuja faixa etária compreende dos 0 aos 4 anos de idade, frente a todas as variáveis citadas anteriormente e em todos os níveis – nacional, regional, estadual e municipal. Contudo, nos demais grupos de idade, prevalece a população identificada com deficiência mental, embora a deficiência visual se sobressaia em alguns grupos ou se apresente como a segunda deficiência de maior incidência.

Desta forma, é possível constatar que, por meio dos dados de modalidade de Brasil, Sudeste e São Paulo, apresentados no capítulo anterior, a proporção da população com deficiência mental acompanha as matrículas nas esferas citadas. No entanto, de acordo com os dados da população residente, grande parte da população com deficiência visual em idade escolar não está matriculada na escola, visto que o número de matrículas que se destacam corresponde à deficiência mental, seguida da deficiência física, de modo que a deficiência visual corresponde a qual apresenta a menor quantidade de registros. Tais fatores também se fazem presentes no município de São Carlos.

4.4 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CONDEF)

Criado por meio da Lei Nº 12.953 de 1º de março de 2002, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CONDEF) junto a Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, tem como fim em seu regimento:

“consultar, deliberar e assessorar o Poder Executivo, no sentido de que o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas com deficiência sejam assegurados dentro da globalidade da política de governo.”

De acordo com Bravo (2013), os movimentos sociais voltados a busca pelos direitos das pessoas com deficiência, se fortaleceram após a Segunda Guerra Mundial para atender os “deficientes mutilados e todas as pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência”, sendo de suma importância para o reconhecimento dos direitos destes.

Assim, em 1970, ocorreu, nos Estados Unidos, o “Nada sobre Nós sem Nós”, cujos representantes eram as próprias pessoas com deficiência. Este movimento ganhou repercussão mundial e possibilitou o desencadeamento de outros movimentos, além a ampliação da luta destes sujeitos, uma vez que lhes foi permitida participação política. Logo, organizações internacionais passaram a alargar as relações visando o “bem estar” da pessoa com deficiência e eram conduzidas pela ONU (BRAVO, 2013).

No Brasil, estes movimentos tiveram início com a fundação das APAE’s e Pestalozzis. No entanto, até o final da década de 1980, não havia interesse claro e articulado nas políticas públicas com relação à garantia dos direitos destas pessoas, sendo estes apenas reconhecidos e impulsionados pela criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1986, embora sua efetivação tenha ocorrido em 1989 por meio da Lei nº 7853, regulamentada pelo Decreto nº 3298/1999, propondo-se a integrar de maneira efetiva o cidadão com deficiência na sociedade.

Ratificados pela Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 (e recentemente pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999), os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 foram transformados em uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, sendo dividida a responsabilidade de sua operacionalização com Estados e Municípios, que se encarregaram de organizar formas de execução dos mesmos.

Alguns Estados e Municípios buscaram organizar estratégias que elevassem o índice de participação das pessoas com deficiência nas discussões, na tentativa de garantir a real integração e participação do grupo interessado, o que poderia garantir a caracterização dos movimentos como movimentos sociais expressivos. A educação, que poderia ser definida como recurso ideal para a formação de lideranças, começa a sofrer uma revisão importante, buscando dar ao aluno com deficiência a oportunidade de ser uma pessoa

participante do processo educacional regular, permitindo uma ampliação das relações sociais e dos modelos a eles oferecidos. (NEVES, 2000, p. 38)

Por meio do mesmo decreto citado, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Em seguida, “muitos conselhos foram criados em todo o país, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal, sempre com o objetivo de garantir efetivamente direitos às pessoas com deficiência” (BRAVO, 2013, p. 36), assim como o CONDEF citado no início do tópico.

Neves (2000) pesquisou a organização de Conselhos de diversos municípios, dentre os quais, São Carlos. No período estudado, constatou que os documentos analisados do CONDEF não deixam explícito se este é de caráter deliberativo²⁰. Além disso, possuía cerca de quarenta e quatro conselheiros, o que, segundo a autora, é um número elevado e indiretamente proporcional à quantidade de representantes com deficiência.

No tocante à escolha dos conselheiros representantes, a indicação é realizada pelo prefeito, de modo que cada mandato tem a duração máxima de dois anos, mas, não é esclarecido se uma possível reeleição é permitida ou não. Quanto aos recursos financeiros, o CONDEF, no artigo 5, declara que “Fica autorizado o Conselho, celebrar convênios, receber doações de verbas, doações, legados, assim como promover campanhas com fins beneficentes” (NEVES, 2000, p. 79).

Por último, “os Conselhos constituem a marca de um processo histórico democrático. A participação da sociedade civil (...) faz parte de um processo participativo do próprio cidadão [...]” (NEVES, 2000, p. 80).

4.5 A Municipalização do Ensino em São Carlos

A municipalização do ensino foi definida pela Lei nº 13.795 de 5 de maio de 2006, criando o Sistema Municipal de Ensino de São Carlos cujas escolas são mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal, além das Instituições de Educação Infantil mantidas pela iniciativa privada de caráter lucrativo, comunitárias,

²⁰ De acordo com Neves (2000, p. 68), “deliberar significa *“decidir ou resolver algo após discussão e exame”* (Dicionário Completo da Língua Portuguesa- Folha de São Paulo). Poucos Conselhos detêm uma natureza deliberativa”.

confessionais e filantrópicas. Desta forma, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da equipe de Supervisão Escolar, ficou responsável por garantir o cumprimento das legislações vigentes. Todavia, é importante ressaltar que somente uma parcela das escolas do município aderiram à municipalização e compartilha tal responsabilidade com o estado.

De acordo com Bordignon (2009, 39), “a municipalização é uma estratégia de descentralização que aumenta as oportunidades de participação dos cidadãos nas decisões de governo e possibilita um controle social”, uma vez que lhes foi assegurado a partir da consolidação da Constituição Federal de 1988. Esta, por sua vez, instituiu o município como ente federado²¹ autônomo e estabeleceu os sistemas municipais de ensino, mantendo uma relação de colaboração com o estado. Destaca-se, contudo, que

A relação entre os sistemas passa a ser de cooperação, não de subordinação, não havendo hierarquia entre eles, assim como não há, constitucionalmente, hierarquia entre as unidades federadas, dotadas de autonomia. Uma vez instituído formalmente o Sistema Municipal, o município se subordina tão somente às leis e diretrizes nacionais e passa a atuar em regime de colaboração, não mais de subordinação, com o estado. (BORDIGNON, 2009, p. 35)

Além da Constituição Federal (1988), a LDB (1996) também estabelece o regime de colaboração citado entre os entes federados e endossa, por meio do artigo 11º, o que compete aos municípios:

- I** - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
 - II** - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
 - III** - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
 - IV** - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
 - V** - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

²¹ Está no artigo 1º da Constituição Federal que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal [...]”. Desta maneira, cada uma destas três esferas constituem um ente federado.

Com um Sistema de Educação próprio o município torna-se mais independente para criar suas regras, respeitando as medidas estabelecidas pela lei federal. (BORDIGNON, 2009)

4.6 Identificação do número total de municípios pólos e de abrangência no estado de São Paulo

O Estado de São Paulo possui, no total, 645 municípios. Destes, 17 correspondem aos municípios pólo e, 627, aos municípios de abrangência. São Carlos se constitui em um dos município pólo composto por 33 municípios de abrangência, os quais são: Aguaí, Analândia, Araraquara, Bariri, Boa Esperança do Sul, Brotas, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Descalvado, Guataporã, Ibaté, Ipeúna, Iracemópolis, Itirapina, Jaú, Leme, Luís Antônio, Matão, Mineiros do Tietê, Motuca, Pinhalzinho, Piracaia, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, São João da Boa Vista, São Pedro.

4.7 A contratação de professores de educação especial

Quanto à contratação de professores de educação especial, pela rede municipal, ocorre por meio de processo seletivo ou concurso público, de acordo com o tipo de vaga: sala livre, que não possui professor efetivo, ou substituição, que corresponde à sala sede de um professor; no entanto, caso haja afastamento do professor titular, a sala não se torna livre e pode apenas ser ocupada por professores substitutos, uma vez que haverá retorno ao cargo.

Contudo, para a efetivação do ingresso, é necessário atender alguns critérios, tais como:

- Pedagogia com:
 - Habilitação em Educação Especial;
 - Especialização em Educação Especial;
 - Mestrado ou Doutorado em Educação Especial.

A partir do último processo seletivo, considerando o curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar, essa formação foi acrescentada como possível pré-requisito.

É relevante salientar que não há ordem de classificação em virtude dos requisitos acima descritos, posto que a concorrência ocorre de forma igualitária, caso o profissional possua qualquer uma destas formações. Desta maneira, a seleção pode ser realizada por meio de processo seletivo e concurso público. A primeira requer apenas uma prova objetiva para cargos temporários, já a segunda, conta com três provas: objetiva, redação e de títulos.

Não é necessário que o profissional a ser contratado possua habilitações específicas, com exceção do intérprete de libras, visto que o município atua com Salas de Recursos Multifuncionais, portanto, atende a todas as deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).

Em 2012, São Carlos contava com, aproximadamente, 33 professores de educação especial, os quais poderiam atuar em:

- Salas de Recursos Multifuncionais;
- Ensino Colaborativo – projeto piloto em 4 escolas do Ensino Fundamental com maior demanda Este projeto surgiu a partir de um estágio desenvolvido através de uma disciplina do Programa de Pós Graduação em Educação Especial (PPGEEs), ministrada pela Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes.

O ensino colaborativo ou coensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes. Ele emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Assim, ao invés dos alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido colaborar com o professor do ensino regular. (MENDES, ALMEIDA, TOYODA, 2011, p. 85)

- Espaço Braille – Braille/Sorobã/Informática Acessível ou Orientação e Mobilidade.

- Projeto Inclusão Bilíngue – originou-se por meio de uma parceria realizada com a Profa. Dra. Cristina Lacerda (UFSCar), sendo de relevante contribuição para o atendimento educacional dos estudantes com surdez matriculados na rede. Trata-se de uma sala regular e, de acordo com P1ga, no chamamento de professores para atuarem no Projeto, não foi restrita como sendo uma função do professor de educação especial, mas, as vagas foram abertas para professores efetivos da educação infantil, fundamental e especial, uma vez que eram formados em pedagogia. Todavia, deveriam ter o domínio da LIBRAS. Nos dois primeiros anos do Projeto, apenas uma professora da educação infantil e uma do ensino fundamental puderam atuar. A partir deste ano, um novo chamamento foi realizado, de modo que se inscreveram professoras de educação especial com domínio da LIBRAS, sendo que uma também atua na educação infantil e a outra, no ensino fundamental.

4.8 O Atendimento Educacional Especializado em São Carlos

O AEE²² é oferecido tanto na APAE quanto na rede regular de ensino de áreas urbanas, em SRM's. Porém, o aluno atendido frequenta uma destas instituições conforme a opção da família. Ainda de acordo com P1ga, aluno da rede municipal não é encaminhado para frequentar somente a APAE, a não ser que tenha diagnóstico, orientação médica e/ou deficiências mais severas, indo na contramão da prática de outras realidades, nos demais municípios, presentes nas escolas públicas. Na rede estadual, há serviço de itinerância e 4 Salas de Recursos de Deficiência Visual, Auditiva e Intelectual distribuídas em 4 escolas.

Cabe, então, à instituição especial, de acordo com o documento avaliar e encaminhar o aluno, sendo ressaltada a necessidade de considerar o sistema de progressão e de avaliação adotado pela escola que irá recebê-lo. Contudo, o ponto de partida do processo educacional é a instituição especial. Ou seja, não é a escola regular - que após esgotar todas as possibilidades de trabalho

²² De acordo com o Decreto 7611/2011, o atendimento educacional especializado é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

pedagógico - que encaminha para a instituição especial, mas sim esta, que após avaliar a prontidão de seu aluno, o encaminha para aquela. (MELETTI, 2008, p. 7)

Quanto as escolas do campo, não acontece este tipo de atendimento, visto que o município transporta os alunos do campo para serem escolarizados e atendidos na área urbana. Em um distrito de São Carlos, que em 2011 indicou público alvo da educação especial, foi aberta uma SRM e contratado um professor.

A atuação com alunos com surdez ou cegueira ocorre, também, em projetos do município, como mencionado em momento anterior, no Espaço Braille, localizado na Biblioteca Municipal de São Carlos, e Projeto Inclusão Bilíngue, cuja sede é a EMEB Dalila Galli.

São Carlos participa, enquanto município pólo, do programa “Educação Inclusiva Direito à diversidade”, de modo que a equipe de Educação Especial de São Carlos coloca-se à disposição dos 33 municípios de abrangência para a realização de formação e troca de informações. Ainda conta com serviços como: Educação Física adaptada, Projeto bilíngue – em parceria com a UFSCar, Transporte Especial, Espaço Braille, que dispõe de uma biblioteca com livros em braille.

Pontos a serem aprimorados referem-se ao atendimento de alunos com altas habilidades, uma vez que não existe, ainda, um programa específico para este público e os atendimentos realizados, até o momento, para os alunos identificados, ocorrem na SRM, além do fato da rede municipal de educação contar com apenas uma psicóloga e uma fonoaudióloga para o desenvolvimento de atendimentos.

Na rede municipal, todas as escolas do Ensino Fundamental e, oito do Ensino Infantil, possuem SRM, uma por escola. Além disso, há um projeto para ser montada uma sala desta natureza voltada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano de 2013.

4.9 O registro dos dados do Censo Escolar

De acordo com P1ga, os dados do censo escolar são inseridos por meio do sistema PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), em que as escolas e a Equipe da Educação Especial informam, por meio de um formulário específico, os alunos que podem ser inseridos nas categorias previstas (público alvo). Apenas são cadastrados os estudantes que apresentam algum diagnóstico

que comprove pertencimento na categoria, apesar de os professores terem algum tipo de atuação com os demais alunos que ainda não possuem diagnóstico.

5. INDICADORES EDUCACIONAIS DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DE 2007 A 2012

Serão apresentados dados do total de matrículas gerais de alunos da educação básica do município e, em seguida, especificadas por meio das variáveis de localização residencial e localização da escola, de maneira a apresentar uma visão geral do quadro de matrículas durante o período de 2007 a 2012, equiparando estes dados entre si e a literatura, expondo as possíveis causas das alterações ou permanências demonstradas.

A partir da tabela 9, é possível obter um panorama da variação das matrículas da educação básica de São Carlos com base no espaço temporal e deficiências citadas anteriormente.

Tabela 7: Número de matrículas da educação básica por modalidade no município de São Carlos

	Ensino Regular				Educação Especial				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica												
2007	30	36	44	124	11	22	11	18	10	10	7	16
2008	32	36	46	166	8	13	19	365	7	6	5	28
2009	31	47	54	196	2	1	3	349	2	7	5	25
2010	31	51	62	281	31	13	92	438	3	5	2	32
2011	31	47	66	286	25	10	87	398	3	2	6	27
2012	38	39	84	314	25	10	94	416	1	2	3	25
Moram no campo e estudam no campo												
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	1	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Moram no campo e estudam na cidade												
2007	2	0	1	3	0	3	1	0	0	3	1	0
2008	3	1	1	12	0	2	1	17	0	2	2	2
2009	2	1	1	15	0	0	0	13	0	1	2	0

2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	1	2	3	8	1	1	7	25	0	0	0	0
2012	4	3	4	13	1	1	8	29	0	0	1	0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Como é possível notar na tabela acima, o número de matrículas de deficiência mental, apresenta-se expressivo em todas as modalidades, compreendendo desde os dados gerais da educação básica até isolando a variável de localização residencial e escola, seguido de deficiência física, depois deficiência auditiva e, por último, deficiência visual.

Desta forma, percebe-se que, assim como exposto no capítulo anterior, São Carlos acompanha Brasil, Sudeste e São Paulo com relação ao alto índice de matrículas de alunos com deficiência mental. Diversas são as suposições a respeito deste fato, como a negligência existente com o preenchimento do Censo, a falta de avaliação destes alunos ou ainda suposições criadas pelo contexto escolar no qual o aluno está inserido, como defende Omote (1994, p. 67),

Assim, por exemplo, uma escola pode ter dificuldade, por diferentes razões, em lidar com alunos provenientes de um determinado bairro, por serem eles já discriminados de alguma maneira. Essa dificuldade da escola pode traduzir-se em condições pedagógicas diferentes para esses alunos e ter como uma das consequências o baixo rendimento escolar deles. Em função desse baixo rendimento escolar, esses alunos podem ser encaminhados a classes especiais para deficientes mentais. Com a atenção centrada no aluno, pode-se facilmente incorrer no erro de justificar esse tratamento diferente em função da suposta deficiência do aluno e de ignorar totalmente aquela dificuldade inicial e as razões dessa dificuldade. Qualquer comportamento deficitário ou inadequado dele tende a ser interpretado como internamente determinado pela própria deficiência.

Desta forma, “essa é mais uma tensa questão na escola e na área da educação especial. No entanto, não se podem aceitar esses índices sem um questionamento crítico sobre a naturalização do não aprender e sobre os processos de estigmatização presentes no espaço escolar” (CAIADO e GONÇALVES, 2013, p. 6).

Meletti e Bueno (2013), mostram a mesma realidade por meio do estudo intitulado “A escolarização de alunos com deficiência intelectual: análise dos indicadores educacionais brasileiros”, de modo que realizaram uma análise quantitativa da alteração das matrículas de alunos com deficiência intelectual no período 1998-2010 e constataram que, no Brasil, “a soma de todas as matrículas de alunos que apresentam

outro tipo de condição que compõe a população alvo da educação especial não ultrapassa a de alunos com deficiência intelectual” (p. 6). Além disso, o aumento é contínuo em todas as modalidades de ensino, principalmente no ensino regular e EJA.

Constata-se, também, que o ano de 2010 não apresenta matrículas quando isoladas as variáveis de localização residencial e de escola – mora no campo e estuda no campo e mora no campo e estuda na cidade –, pois, embora os mesmos procedimentos tenham sido seguidos para obter tais dados por meio do software e em computadores diferentes, este não completou esta etapa apenas neste ano. Deste modo, serão analisados dados de matrículas referentes aos anos de 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

A modalidade do ensino regular evidencia maior número de matrículas de alunos com deficiência visual, auditiva e física frente às demais modalidades. As matrículas de deficiência visual mostram-se estáveis no período que compreende os anos de 2007 a 2011 com relação aos dados gerais da educação básica, com um acréscimo de, aproximadamente, 22,6% em 2012; as matrículas de alunos com deficiência auditiva mantêm-se instáveis com acréscimos e decréscimos até 2011 e, em 2012, sofre uma queda de 17% em relação ao ano anterior; no que diz respeito às matrículas de alunos com deficiência física, há um constante crescimento em todos os anos, de modo que o valor cresce cerca de 90%, equiparando o primeiro e o último ano estudado.

No que diz respeito aos alunos que moram no campo e estudam no campo, não há registros de matrículas de alunos com deficiência visual no período estudado. Quanto às matrículas de alunos com deficiência auditiva e deficiência física, surge apenas uma no ano de 2011 e é mantida no ano seguinte. Com relação às matrículas de deficiência mental, somente a partir de 2009 há registro de matrículas, que triplicam seu valor em 2011 e sofre uma queda de 33,33% no ano seguinte. No entanto, mostram-se bastante ínfimos se equiparados aos dados apresentados no capítulo anterior, indicando que, provavelmente, a maior parte dos alunos residentes no campo estão sendo encaminhados para escolas localizadas na cidade.

Tal fato também é refletido em relação aos alunos que moram no campo e estudam na cidade, em que percebe-se que os números permanecem estáveis até o ano de 2011 nas deficiências visual, auditiva e física e, todas apresentam acréscimo de matrículas em 2012. A deficiência mental apresenta-se instável com acréscimos e decréscimos em todos os anos estudados, em que, apesar das disparidades, de 2007 para 2008 houve um aumento significativo de 75% e, de 2011 para 2012, um acréscimo de cerca de 38,5%.

Como já mencionado, dos dados referentes à modalidade da Educação Especial a nível nacional, regional e estadual, mostram-se bastante instáveis. São Carlos apresenta o mesmo acontecimento, porém, em proporções mais intensas, de modo que também apresenta números significativos de matrículas, principalmente de alunos com deficiência mental, evidenciando a predominância destes nas escolas especiais. De acordo com os dados de matrículas gerais da educação básica, de 2007 para 2008 há um acréscimo de cerca de 95% das matrículas. Além disso, com base nos dados obtidos, um fator que se sobressai diz respeito ao ano de 2009, que sofre uma queda significativa nas deficiências visual, auditiva e física e, no ano seguinte, um acréscimo também bastante expressivo, sendo de 93,5%, 92,3% e 96,7% respectivamente. Diante de amplas alterações em um curto espaço temporal, surgem questionamentos referentes a diagnósticos e/ou falta de cuidados durante o processo de preenchimento do censo.

Ainda na modalidade de educação especial atenta-se para o fato de que não há registros de matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo no intervalo estudado. Contudo, é possível verificar o mesmo acontecimento referente às matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade no ano de 2009; a única matrícula registrada de deficiência visual aparece no ano de 2011 e se mantém no ano seguinte. Em contrapartida, as matrículas concernentes à deficiência auditiva apenas decaíram de 2007 a 2012 frente ao crescimento constante dos números apresentados pelas deficiências física e mental, excetuando o ano de 2009, que expõe um decréscimo.

A modalidade de EJA apresenta uma queda constante, no decorrer dos anos, de matrículas de alunos com deficiências visual, auditiva e física referentes aos dados gerais da educação básica. Todavia, as matrículas de deficiência mental demonstraram grande instabilidade ano a ano com acréscimos seguidos de decréscimos. Esta instabilidade também se fez presente no capítulo anterior com dados de Brasil, Sudeste e São Paulo.

Quanto às matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo, esta modalidade não apresentou nenhuma matrícula no decorrer do tempo estudado. Em referência às matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade, não há registro de matrículas de deficiência visual. Contudo, as poucas matrículas apresentadas em deficiência auditiva decaíram de 2007 a 2009, visto que nos anos posteriores não há apontamento de nenhuma; a deficiência física mostra um acréscimo de 2007 para 2008, que se mantém no ano seguinte, mas, termina 2012 com apenas uma matrícula.

Por fim, diferente das outras modalidades descritas, a deficiência mental é a qual apresenta o menor número de matrículas pertencente a esta com o registro de apenas duas no ano de 2008, dado que nos demais períodos, não foi encontrada nenhuma matrícula.

Tabela 8: Número de matrículas da educação básica por etapa no município de São Carlos

	Ensino Infantil				Ensino Fundamental (ciclo I e II)				Ensino Médio				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica																
2007	1	4	8	9	29	47	41	144	9	7	6	7	10	10	7	16
2008	4	7	12	38	28	30	44	295	7	11	7	4	8	11	6	246
2009	4	5	11	44	20	26	41	275	8	14	3	4	3	8	5	247
2010	11	6	35	54	29	37	69	376	12	12	5	4	12	14	45	317
2011	9	4	28	35	22	14	73	362	11	13	4	14	14	10	53	300
2012	9	4	25	38	32	27	88	388	8	9	7	12	13	11	59	316
Mora no campo estuda no campo																
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora no campo estuda na cidade																
2007	0	0	0	1	2	3	2	2	0	0	0	0	0	3	1	0
2008	1	0	0	8	2	0	2	13	0	1	0	0	0	4	2	10
2009	1	0	0	4	0	0	1	12	0	1	0	0	0	0	2	12
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	5	6	2	1	3	13	0	1	1	0	0	1	1	14
2012	0	0	3	4	4	1	7	23	1	2	1	0	0	1	2	15

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

As matrículas apresentadas por etapa de ensino²³, conforme a tabela 8, mostram novamente o número elevado de matrículas de alunos com deficiência mental - excetuando a etapa do ensino médio -, seguido, de maneira geral, das deficiências física, auditiva e visual. Desta forma, observa-se que, assim como na tabela 16, ocorre o crescimento exorbitante de número de matrículas de deficiência mental de 2007 para

²³ Categorias em que as modalidades são oferecidas. (MEC/INEP. Caderno de Instruções: 2007, 2008a, 2009, 2010, 2011 e 2012)

2008. Além disso, a quantidade reduzida de matrículas nas etapas do ensino infantil e médio refletem a negligência histórica com relação a estas por conta de sua não obrigatoriedade.

De acordo com os microdados, a etapa do ensino infantil, apresenta, dentre todos os anos dos dados gerais da educação básica, um aumento significativo no número de matrículas no ano de 2010, excetuando a deficiência auditiva e, queda em todas as deficiências no ano seguinte. Com relação aos dados de moram no campo e estudam no campo, esta etapa não revela nenhuma matrícula. Em contrapartida, estes mostram a há alunos que moram no campo e estudam na cidade, excetuando a deficiência auditiva. Contudo, a deficiência visual aponta apenas uma matrícula nos anos de 2008 e 2009; a deficiência física, 5 em 2011 e, 3 em 2012; e, a deficiência mental apresenta matrículas em todos os anos estudados, porém, é possível verificar uma inconstância no decorrer do espaço temporal analisado.

Nota-se que, no ensino fundamental, as matrículas aumentam de maneira significativa em relação à etapa anterior, de modo que, em 2007, a soma das 4 deficiências correspondem a 261 matrículas, enquanto que, no mesmo ano, o ensino infantil, apresenta 22, o equivalente a 8,4% do total da referida etapa. No último ano analisado, 2012, esta percentagem sobe para 14,2%.

Quanto aos alunos que moram no campo e estudam no campo, constata-se o baixo índice de matrículas, uma vez que, deficiência auditiva apresenta apenas uma matrícula em 2012; deficiência física, também uma, que mantém-se no ano seguinte; e, deficiência mental, que mostra um aumento considerável de, aproximadamente, 77,8%, de 2009 para 2011, seguido de queda no ano posterior. Em relação aos alunos que moram no campo e estudam na cidade, todas as deficiências indicam registro de matrículas. Contudo, observa-se que, no ano de 2009, estas decaem em todas as deficiências. Além disso, apenas a deficiência auditiva apresenta decréscimo constante, visto que as demais, apontam acréscimo considerável de 2011 para 2012, sendo de 50% na deficiência visual, 57% na deficiência física e, 43,5% na deficiência mental.

Como já mencionado, o ensino médio apresenta quantidade de matrículas bastante inferiores com relação à etapa anterior. Além disso, um fato que chama atenção é que, com exceção do ano de 2012, os valores de deficiência auditiva são superiores aos de deficiência mental e, deficiência física mostra-se inferior, em todos os anos, à deficiência visual. Nesta mesma etapa, há o registro de apenas uma matrícula de deficiência mental no ano de 2009 referente a mora no campo e estuda no campo.

Também nota-se que, referente às matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade, apenas a deficiência visual mostra registro de uma matrícula no ano de 2008, que se mantém até 2011 e aumenta para duas matrículas no ano de 2012 e, deficiência auditiva, uma, a partir de 2011, permanecendo no ano seguinte.

Desta maneira, questiona-se a veracidade destes dados e as possibilidades que os cercam, uma vez que, de acordo com Sass (2012, p. 131),

Na educação é frequente a crítica, muitas vezes procedente, de que as estatísticas invadem a educação, ocultando os problemas educacionais reais, na mesma proporção que educadores e políticos clamam por elas, em outras circunstâncias, sob o argumento da falta de informações consistentes que orientem as proposições e programas educacionais. As reações contrastantes têm é claro causas e motivações múltiplas, mas, duas delas são destacáveis para os propósitos desta exposição: a ausência ou insuficiência e a falta de confiança nas estatísticas.

Os resultados da Educação de Jovens e Adultos – educação básica - atenta para o alto índice de matrículas de alunos com deficiência mental. Uma possível explicação para tal fato seria a de que estes jovens e adultos não completaram sua escolarização dentro do tempo esperado nas etapas anteriores. Além disso, a presença da EJA revela a fragilidade da educação brasileira, visto que

[...] a Educação de Jovens e Adultos, os Telecursos e outras formas de educação voltadas àqueles que por vários motivos não puderam se escolarizar em idade apropriada, nada mais são que medidas compensatórias às falhas históricas de investimentos na educação, que como já sabemos, foram aprofundadas pelas políticas neoliberais e a influência de agências internacionais como o Banco Mundial (BASSO, 2013, p. 63).

De 2010 para 2011 os números referentes à deficiência física mostram aumento significativo, sendo de 88,88%, e o crescimento mantém-se constante. Já os dados de deficiência visual e auditiva permanecem próximos ao da etapa anterior.

Esta etapa não apresenta matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo. Por último, apenas as deficiências física e mental indicam registro de alunos que moram no campo e estudam na cidade e os valores mostram-se bastante ínfimos em relação aos dados gerais da educação básica.

A análise desta variável, permitiu visualizar o expressivo número de matrículas no Ensino Fundamental e na EJA. Uma possível explicação refere-se ao fato do Ensino Fundamental corresponder à etapa obrigatória, todavia, quanto à Educação de Jovens e Adultos, o número elevado mostra que estes sujeitos não tiveram oportunidade de

frequentar a escola no tempo apropriado. Além disso, o baixo número de matrículas no Ensino Infantil e Médio, mostram o descaso histórico que estas etapas sofrem.

Tabela 9: Número de matrículas da educação básica por dependência administrativa no município de São Carlos

	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica																
2007	0	0	0	0	25	24	15	90	22	42	42	76	4	2	5	10
2008	0	0	0	0	24	27	15	130	18	27	46	90	5	3	9	363
2009	0	0	0	0	25	44	21	189	22	27	52	105	4	6	9	365
2010	0	0	0	0	26	36	19	253	10	34	50	109	25	21	104	475
2011	0	0	1	1	30	32	24	303	12	32	57	117	31	18	104	436
2012	1	0	0	0	28	22	25	286	20	27	55	130	29	16	119	474
Mora no campo estuda no campo																
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0	0	-	-	-	-
2011	0	0	0	0	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	3
2012	0	0	0	0	0	1	1	5	0	0	0	0	0	0	0	1
Mora no campo estuda na cidade																
2007	0	0	0	0	2	0	0	1	0	6	3	2	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	2	1	0	11	1	4	4	3	0	0	0	17
2009	0	0	0	0	2	1	1	12	2	1	3	6	0	0	0	14
2010	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	0	0	1	1	2	9	0	2	2	4	1	1	7	26
2012	0	0	0	0	3	3	3	11	1	1	3	5	1	1	8	32

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

A tabela 9 mostra o registro de matrículas em escolas de acordo com o âmbito de subordinação: federal, estadual, municipal e privada. Desta maneira, a partir dos dados gerais, constata-se maior concentração de matrículas nos três últimos, com destaque para o alto índice de matrículas de deficiência mental.

Na esfera federal, há apenas o registro de 3 matrículas, sendo uma de deficiência visual em 2012, uma de deficiência física em 2011 e uma de deficiência mental no

mesmo ano. Deste total, nenhuma matrícula corresponde a de alunos que residem no campo e estudam no campo ou na cidade.

As escolas cujo âmbito de subordinação é estadual apresentam uma concentração bastante elevada de matrículas de deficiência mental, seguida da deficiência visual, auditiva e, por último, física. De acordo com os dados coletados, apenas a deficiência visual não apresenta matrículas em relação aos alunos que moram e estudam no campo. Além disso, os anos de 2007 e 2008 não indicam nenhum registro de matrículas. É interessante observar que os dados gerais da educação básica, em 2012, apresentam um decréscimo e, em contrapartida, as matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade, embora de maneira sucinta, crescem.

As escolas municipais apresentam uma proporção decrescente de matrículas distinta: primeiramente deficiência mental, logo após, deficiência física, auditiva e visual. Isto, para os dados gerais da educação básica, visto que não há matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo e, esta ordenação é válida, para registros de alunos que mora no campo e estudam na cidade a partir de 2009, uma vez que, em 2007 e 2008, as matrículas de alunos com deficiência auditiva eram superiores que as demais.

As escolas de dependência administrativa privada surpreendem pelo crescimento excessivo e constante de matrículas de deficiência mental, além de ser bastante superior às demais esferas em todos os anos. Desta forma, atenta-se para o aumento de 97,3% de 2007 para 2008. Além disso, ao equiparar as matrículas entre as dependências privada, estadual e municipal, percebe-se que o valor da primeira, em 2008, é cerca de 64, 2% e 75,2% superior, respectivamente. Outro aspecto relevante diz respeito aos números apresentados pela deficiência física, auditiva e visual, em que, de 2009 para 2010, as matrículas apresentam aumento de 91,3% , 71,4%, 84%. Contudo, não é possível verificar tal alteração em referência às matrículas de alunos que moram no campo e estudam no campo e na cidade por conta do erro apresentado pelo software, já mencionado em momento anterior.

Ainda sobre as escolas privadas, acerca dos dados apresentados de alunos que moram e estudam no campo, apenas há matrículas de deficiência mental e, nos anos de 2011 e 2012. O mesmo também ocorre com as deficiências visual, auditiva e física com relação às matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade, visto que no ano de 2007 não há nenhum registro e, a deficiência mental apresenta indicador de matrículas a partir de 2008 com crescimento constante.

Tabela 10: Número de matrículas da educação básica por sexo no município de São Carlos

	Masculino				Feminino			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica								
2007	32	40	35	98	19	28	27	78
2008	31	34	43	349	16	25	27	234
2009	27	46	52	389	24	31	30	270
2010	46	57	96	511	25	34	77	326
2011	49	45	98	522	24	37	88	335
2012	50	37	111	560	28	28	88	330
Mora no campo estuda no campo								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	3	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	1	0	7	0	0	1	2
2012	0	1	1	4	0	0	0	2
Mora no campo estuda na cidade								
2007	1	2	1	1	1	4	2	2
2008	2	2	2	17	1	3	2	14
2009	2	1	2	17	2	1	2	15
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	1	7	28	2	3	4	11
2012	2	3	10	34	3	2	4	14

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

A tabela 10 mostra o número de matrículas com relação ao gênero do aluno. Desta forma, observa-se que a proporção decrescente dos dados com relação às deficiências é a mesma tanto para o sexo masculino quanto para o feminino: deficiência mental, seguida de física, auditiva e visual de modo geral. Contudo, é importante considerar que os números de deficiência física e mental crescem ininterruptamente, ao contrário do que mostram as deficiências visual e auditiva, que sofrem de acréscimos e decréscimos contínuos.

Em relação aos alunos que moram e estudam no campo, do sexo masculino, somente há registro de matrículas a partir de 2009 e na deficiência mental, apresentando um pequeno crescimento em 2011 e queda no ano seguinte. A partir de 2011, é possível

notar, também, na deficiência auditiva e, no ano seguinte, uma matrícula de deficiência física. Quanto ao sexo feminino, possui uma matrícula de deficiência física em 2011 e duas de deficiência mental, que se mantém em 2012.

Excetuando o ano de 2007, de alunos que moram no campo e estudam na cidade, é possível notar que em todas as deficiências e em todos os anos, há um número consideravelmente maior de matrículas de alunos do sexo masculino presentes na escola do que do sexo feminino.

Na produção “Gênero e Alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: a história quantitativa da relação” do pesquisador Alceu Ravanello Ferraro, realizada em 2009, este aponta que no período de sessenta anos, o quadro de pessoas alfabetizadas acerca do gênero mudou, uma vez que nos anos iniciais predominavam pessoas do sexo masculino alfabetizadas, de acordo com o levantamento do IBGE. Contudo, com o decorrer do tempo, as mulheres passaram a predominar enquanto pessoas alfabetizadas. Porém, os dados do município de São Carlos mostram que, tanto na cidade quanto no campo, há a prevalência de matrículas de alunos do sexo masculino.

Tabela 11: Número de matrículas da educação básica por cor no município de São Carlos

	Não				Branca				Preta				Parda				Amarela				Indígena			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica																								
2007	9	10	8	23	30	37	50	112	3	0	1	8	9	21	3	32	0	0	0	0	0	0	1	0
2008	10	6	11	153	25	36	52	300	3	0	0	25	9	17	6	102	0	0	0	1	0	0	0	2
2009	12	9	11	170	28	46	55	333	3	0	5	31	8	20	11	124	0	2	0	1	0	0	0	0
2010	19	17	51	221	38	49	95	414	4	3	4	37	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	20	16	53	212	38	42	104	437	5	4	21	169	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	17	13	54	199	40	23	106	470	4	3	13	53	17	15	25	167	0	1	0	1	0	0	1	0
Mora no campo estuda no campo																								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	0	4	0	1	0	2	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	1	3	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora no campo estuda na cidade																								
2007	0	0	0	0	2	6	3	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	3	3	5	4	21	0	0	0	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	5	4	2	3	19	0	0	0	1	0	0	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	1	0	3	6	1	1	6	22	0	0	1	2	0	3	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0

2012 1 0 4 6 4 2 6 28 0 0 1 3 0 3 3 11 0 0 0 0 0 0 0 0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

A tabela 11 apresenta a quantidade de matrículas por meio da variável cor/raça, em que divide-se nas categorias: não declarado; branca; preta; parda; amarela; indígena. Contudo, percebe-se que há maior acúmulo de matrículas na cor branca, seguido de não declarado, parda, preta, amarela e, por último, indígena. Ao cotejar com os dados de alunos que moram no campo e estudam no campo e moram no campo e estudam na cidade, observa-se a mesma proporção frente aos dados gerais da educação básica. E, assim como nas demais variáveis, a deficiência de maior predominância é a mental.

As tabelas 12 e 13 correspondem às variáveis de localização diferenciada e educação indígena, respectivamente. No entanto, o município de São Carlos não apresenta registro de matrículas nas categorias correspondentes e as tabelas podem ser consultadas, na íntegra, no apêndice 2.

Tabela 14: Número de matrículas da educação básica por transporte escolar e responsável pelo transporte no município de São Carlos

	Não				Utiliza			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica								
2007	45	54	51	164	6	14	11	12
2008	44	58	66	573	3	1	4	10
2009	49	75	73	642	2	2	9	17
2010	58	88	170	824	3	3	3	13
2011	71	74	173	836	2	8	13	21
2012	74	60	193	877	4	5	6	13
Mora no campo estuda no campo								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	3
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	1	1	5	0	1	0	4
2012	0	0	1	2	0	1	0	4
Mora no campo estuda na cidade								
2007	0	4	2	2	2	2	1	1
2008	0	5	3	24	3	0	1	7
2009	3	1	1	26	1	1	3	6

2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	1	2	9	37	1	2	2	2
2012	1	3	12	41	4	2	2	7

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

A tabela acima corresponde ao número de matrícula de alunos que utilizam ou não o transporte. A proporção decrescente de matrículas, por deficiência, é a mesma que para a maior parte das demais variáveis: deficiência mental, física, auditiva e visual.

Um fato que chama atenção nestes dados refere-se à quantidade bastante superior de alunos que não utilizam transporte frente aos quais utilizam, principalmente no que concerne os alunos que moram no campo e estudam na cidade e que, provavelmente, necessitariam de um meio de transporte para chegar até a escola. Todavia, isto não anula o fato de que

[...] o transporte de alunos do campo para as cidades traz grandes prejuízos humanos como o desgaste físico com a viagem, o gasto de tempo para chegar à escola, o risco de acidentes e as consequentes perdas no processo de aprendizagem dos alunos, uma vez que, eles chegam cansados, com fome e nem sempre encontram um ambiente escolar acolhedor e professores que compreendem todo o processo que precede a chegada do aluno do campo na escola (BASSO, 2013, p. 76).

Tal circunstância se agrava ainda mais quando as especificidades de aprendizagem destes alunos do campo se cruzam com as peculiaridades da educação especial, despertando novas possibilidades de estudos futuros quanto à aspectos como trajetória e rendimento destes frente a todas as dificuldades encontradas.

Outro ponto importante a se destacar, refere-se ao fato das matrículas de alunos que moram no campo e estudam na cidade terem sofrido um acréscimo ao equiparar o ano base com o último ano estudado (2007-2012), apontando que estão perdendo o direito de estudar no local mais próximo de sua residência e em que se constituem sujeitos, ainda que o transporte seja garantido. Embora, de acordo com Caiado e Gonçalves (2013, p. 6),

A precariedade de transporte escolar em áreas rurais e de transporte escolar adaptado é revelada pela fala do então ministro da Educação Fernando Haddad, que, em setembro de 2011, presente em uma reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), diz que somente a partir de 2007 é que foi especificado um veículo adaptado para

transportar os alunos com deficiência em segurança para a escola. Durante essa entrevista, o ministro afirmou, inclusive, que até aquela data não tinha consciência da quantidade de estudantes que utilizavam transportes fluviais para chegar às escolas na região norte do país (HADDAD, 2011).

Ademais, presume-se, com base nos números de matrículas gerais que, no município, a maior parte das matrículas apresentadas correspondem a alunos que residem e estudam na cidade, assim como indicam os dados de Brasil, Sudeste e São Paulo.

Tabela 15: Número de matrículas da educação básica por poder público responsável pelo transporte no município de São Carlos

	Estadual				Municipal			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica								
2007	0	0	0	0	6	14	11	12
2008	0	0	0	0	3	1	4	10
2009	0	0	0	0	2	2	9	17
2010	0	0	0	0	3	3	3	13
2011	0	0	0	0	2	8	13	21
2012	0	0	0	0	4	5	6	13
Mora no campo estuda no campo								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	3
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	0	0	0	0	0	4
2012	0	0	0	0	0	1	0	4
Mora no campo estuda na cidade								
2007	0	0	0	0	2	2	1	0
2008	0	0	0	0	3	0	1	6
2009	0	0	0	0	1	1	3	6
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	0	0	1	2	2	2
2012	0	0	0	0	4	2	2	7

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Com base na tabela 18, que evidencia o registro de matrículas de alunos que utilizam transporte por poder público responsável, nota-se que, no município de São

Carlos, apenas este assume este encargo, visto que não há matrículas pelo poder público estadual.

A eficiência dos governos públicos no financiamento do transporte escolar é de fundamental relevância quando o assunto é o acesso dos alunos moradores das áreas rurais à escola e sua permanência na instituição. Esse transporte escolar que pode ser da residência do aluno para uma escola no campo, ou então da residência do aluno para uma escola urbana é considerado, pelo autor, um dos fatores que contribuem, para a conclusão dos estudos dos alunos oriundos do campo, quando realizado com a qualidade necessária (BASSO; GOBATO; ROSA, 2011, p. 76).

Além disso, os valores da tabela anterior, de alunos que utilizam transporte, são idênticos em relação às matrículas gerais da educação básica, de mora no campo e estuda no campo e, bastante próximos de matrículas referentes a alunos que moram no campo e estudam na cidade.

Tabela 16: Número de matrículas da educação básica por classes multisseriadas no município de São Carlos

	Não				Unificada				Multietapa				Multi				Correção de Fluxo				Mista			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica																								
2007	50	53	59	168	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	5	1	3	3	3	-	-	-	-
2008	43	59	67	577	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	3	6	0	0	0	0	-	-	-	-
2009	51	77	82	659	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2010	71	91	173	837	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	1	0
2011	72	82	185	857	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
2012	72	64	187	876	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	11	14	0	0	0	0	2	0	1	0
Mora no campo estuda no campo																								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2009	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2011	0	1	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora no campo estuda na cidade																								
2007	2	3	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	-	-	-	-
2008	3	5	4	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2009	4	2	4	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	2	4	11	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	5	5	14	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

De acordo com os dados apresentados sobre classes multisseriadas, apenas três categorias apresentaram matrículas, sendo as quais: Multi²⁴, Correção de Fluxo²⁵ e Mista²⁶.

Contudo, a primeira apresentou matrículas nos anos de 2007, 2008, 2010 e 2012 referentes aos dados gerais da educação básica. Porém, a deficiência que mais apresentou matrículas no decorrer dos anos estudados é a mental, sendo: 5 em 2007; 6 em 2008; 8 em 2010; e 14 em 2012. Posteriormente, as demais deficiências aparecem somente duas vezes neste espaço temporal, de modo que deficiência auditiva apresenta 12 matrículas em 2007 e, uma, em 2012; deficiência física: 3 em 2008 e, 11 em 2012; deficiência visual: 4 em 2008 e, 4 em 2012.

Quanto aos alunos que moram no campo e estudam na cidade, em 2007, apenas a deficiência auditiva apresenta 3 matrículas e, em 2012, os dados apontam duas matrículas de deficiência física e duas de deficiência mental. Com intervalos tão extensos sem matrículas, ocorre o seguinte questionamento: nos anos em que não há registro de matrículas, onde se encontram estes alunos? Além disso, é importante ressaltar que, no último ano estudado, todas as deficiências exibem matrículas, evidenciando o retorno destes à escola.

Em correção de fluxo, somente o ano de 2007 apresentou matrículas, sendo três de alunos com deficiência mental, física e auditiva cada e, uma, de aluno com deficiência visual. Além disso, com base nos dados, no mesmo ano, há apenas uma matrícula de deficiência mental de aluno que mora no campo e estuda na cidade.

A última categoria, Mista, é exibida a partir de 2010. Nos anos anteriores, os resultados obtidos por meio do software, mostram que esta era inexistente. Porém, somente é possível observar números de matrículas nos dados gerais da educação básica, em que há um registro em 2011 de deficiência visual, que aumenta para dois no ano seguinte e, uma matrícula de deficiência física, também em 2011 e que se mantém em 2012.

Desta forma, os dados mostram algumas possibilidades frente a inexistência de matrículas nos anos seguintes, como o deslocamento destes para escolas localizadas na

²⁴ Turma com alunos de séries diferentes.

²⁵ Programas de aceleração da aprendizagem, entre outros, para correção idade/série.

²⁶ Turma com alunos da educação profissional concomitante e subsequente.

zona urbana, uma vez que, de acordo com a informação fornecida por P1ga, não há AEE na zona rural do município.

Os dados mostram ainda que, as matrículas foram, majoritariamente, registradas em classes multisseriadas localizadas na cidade, embora Basso, Gobato e Rosa (2011, p. 73) afirmem que “esse tipo de organização existe predominantemente nas escolas no meio rural, buscando diminuir a evasão escolar e atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou com defasagem escolar [...]”.

A educação do campo ainda não é, de fato, tratada enquanto política pública, haja vista que as maiores deficiências no financiamento da educação do campo apresentadas por educadores e gestores públicos, foram referentes à ausência e ao descumprimento de uma política de financiamento voltada para a educação do campo, segundo Taffarel (2010). Deste modo, é possível considerar que o acesso à escolarização, ainda que na zona urbana, está sendo garantido, mas o direito de estudar no local mais próximo de sua residência em que este sujeito se identifica dentro de seu contexto e constitui é cada vez menos frequente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da análise de documentos e dados, nota-se que São Carlos, oferece um respaldo considerável no que se refere aos serviços disponíveis aos residentes com deficiência, embora ainda apresente desafios para o cumprimento dos direitos destes em sua plenitude. A presença de uma universidade que oferta um programa de pós-graduação e graduação em Educação Especial e que assiste a comunidade por meio de projetos e formação de profissionais na área, marca o avanço do município frente aos demais, fornecendo um aparato considerável para o desenvolvimento do trabalho com o público alvo da educação especial.

Ademais, é possível constatar que, apesar do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais deva ocorrer *preferencialmente* na rede regular de ensino, visto que “na organização de seus sistemas de ensino, os estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório” (BRASIL, 1988), as instituições especializadas, em especial a APAE, mostram-se ainda bastante fortes e com elevado número de matrículas.

É preciso ressaltar que a “parceria” é um “bom negócio” para ambos os lados. Para as instituições por seu favorecimento e para o Estado pelos gastos reduzidos já que o custo de sustentação da instituição especial privada assistencial é inferior ao custo da implementação dos serviços de educação especial para toda população com deficiência na rede regular de ensino. (MELETTI, 2008, p. 2)

No entanto, o sistema municipal de ensino conta com apenas duas profissionais da saúde para o atendimento de toda a rede, sendo uma psicóloga e uma fonoaudióloga. Tal fato compõe um dos desafios enfrentados, haja vista a desproporção existente entre número de profissionais e demanda de alunos que necessitam de atendimento. Também não apresenta programa específico de identificação e atendimento de alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

No mesmo contexto, ao equiparar dados da população com deficiência do município aqui estudado com o número de matrículas, nota-se o elevado número de pessoas com deficiência visual residentes no município em zona urbana e rural e em idade escolar frente ao elevado número de pessoas matriculadas com deficiência mental. É importante ressaltar o número bastante superior de matrículas de alunos com

deficiência mental frente às demais em todas as esferas aqui estudadas: nacional, regional, estadual e municipal.

Desta forma, os dados indicam que o acesso e a permanência na escola, de alunos que residem no campo e estudam no campo, não estão sendo garantidos, visto que são transportados para a cidade. Assim, ainda há muitos desafios a serem rompidos no que concerne não apenas o acesso, mas uma permanência com qualidade e que possibilite ao público alvo da educação especial a efetiva apropriação dos conhecimentos historicamente construídos.

Por último, pode-se considerar que a educação especial em São Carlos mostra estar além dos demais municípios em múltiplos e variados aspectos por conta de tudo o que foi descrito no presente estudo. No entanto, embora este público tenha vários direitos assegurados nas legislações, sabe-se da existência de inúmeros obstáculos para a efetivação da inclusão destes somado à permanência na escola e, conseqüentemente, na sociedade, como: o cumprimento de leis, número adequado de profissionais para atender a demanda de alunos público alvo da educação especial, além da garantia do aluno estudar no local mais próximo em que vive.

REFERÊNCIAS

BASSO, J. D. **As Escolas no Campo e as Salas Multisseriadas no Estado de São Paulo**: um estudo sobre as condições da educação escolar. São Carlos: UFSCar, 2013.

BASSO, J. D.; GOBATO, A. T. S. C.; ROSA, J. M. **Educação Para o Campo em Discussão**: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa. In: _____ Escola Ativa: as escolas no campo e as salas multisseriadas em São Paulo. São José: Premier, 2011.

BORDGNON, G. **Gestão da Educação no município**: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2007. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2008. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2009. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Microdados da Educação Básica/Censo Escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Nov 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=13&i=P>>. Acesso em: Nov 2012.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>

Acesso em: 30 jun de 2013.

_____. **LDB** : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 01 jul 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: direito à diversidade. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008b**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 15 de março de 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Nov 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=13&i=P>>.

Acesso em: Nov 2012.

BRAVO, A. D. **Análise Bibliométrica da Produção Científica Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**. São Carlos: UFSCar, 2013. 135 f.

CAIADO, K. R. M.; GONÇALVES, T. G. G. L. **Educação Especial em Escolas do Campo**: análise de um município do Estado de São Paulo. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 179-193, 2013.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. **Educação Especial na Educação do Campo**: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista Brasileira de Educação Especial. Universidade Estadual Paulista. V.17, Edição Especial, 2011- Marília: ABPEE, 2011.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. **Educação Para o Campo em Discussão**: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa. In:_____ Educação Especial na Educação do Campo no estado de São Paulo: uma interface a ser construída. São José: Premier, 2011.

- FERRARO, A. R. **Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: O que dizem os censos?** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002
- FERRARO, A. R. . **Gênero e alfabetização no Brasil de 1940 a 2000: a história quantitativa da relação.** Didáticas Específicas - Rev. Eletrônica de Invest. Educativa / UAM, v. 1, p. 30-47, 2009.
- FERRARO, A. R. . **Quantidade e qualidade na pesquisa em educação na perspectiva da dialética marxista.** Pro-Posições (UNICAMP. Impresso), 2012.
- GATTI, B. **Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais.** EccoS revista científica, Vol. 1, Núm. 1, diciembre-sin mes, 1999, pp. 63-79.
- GATTI, B. **Estudos quantitativos em educação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n 1, p. 11-30, jan/abr. 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Panorama da educação no campo.** Brasília: INEP, 2007.
- MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Políticas Públicas, Escolarização de Alunos com Deficiência e Pesquisa Educacional.** In:_____ A escolarização de alunos com deficiência intelectual: análise dos indicadores educacionais brasileiros. Araraquara: Editora Junqueira Marin, 2013.
- MELETTI, S. M. F. Projeto de Pesquisa: **A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar:** uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina. 2010.
- MELETTI, S. M. F. **APAE Educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais.** In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambú. 31ª Reunião Anual da ANPED: Constituição Brasileira, direitos humanos e educação, 2008. p. 1-16.)
- MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Editora UFPR
- NEVES, T. R. L. **Movimentos Sociais e auto-advocacia:** um estudo sobre a educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental. São Carlos: UFSCar, 2000.
- OMOTE, S. **Deficiência e Não-Deficiência:** recortes do mesmo tecido. Revista brasileira de educação especial, 1994.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. . **Pesquisa Documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, 2009, p. 1-15.

SÃO CARLOS. **Lei Orgânica Municipal**. 2010.

_____. **Prefeitura Municipal de São Carlos**. 2012. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.

SILVA, M. C. V. **Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina-PR**. Londrina, 2013.

SOUZA, S. R. C. **Educação no campo e a escolarização de pessoas com deficiência**: uma análise dos indicadores sociais no Paraná. Londrina, 2012.

ROSEMBERG, F. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão**. Cadernos de Pesquisa, nº 107, p. 7-40, julho/1999.

ROSEMBERG, F. **Educação Formal, mulher e gênero no Brasil Contemporâneo**. Estudos feministas, 2001.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L.; ESCOBAR, M. O. . **Cadernos Didáticos sobre Educação no Campo**/ Universidade Federal da Bahia. Salvador: EDITORA, 2010.

APÊNDICES

Apêndice 1:Tabelas com dados de Brasil, Sudeste e São Paulo: formatação a ser concluída.

Número de matrículas da educação básica por etapa (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA) - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Infantil				Ensino Fundamental (ciclo I e II)				Ensino Médio				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	5216	5429	8705	48548	41751	47115	29028	243519	5355	5079	2795	8785	10248	7455	4350	47702
2008	4797	5151	9534	48895	45688	47833	33641	242111	5394	5395	3347	7860	9547	8132	3705	45423
2009	4349	4096	9899	40088	46400	44990	39049	253797	5988	6153	4349	5128	11261	7797	3858	43135
2010	5568	4992	18196	44654	57654	50180	67211	327126	7137	6855	5340	8232	12166	8796	8268	53536
2011	5282	4721	17358	37829	57794	50933	73668	371929	7915	7875	6415	11126	11944	9087	9958	56780
2012	4918	4433	16657	33882	58224	50873	80196	409344	9563	9088	8442	15612	11868	9513	12701	78461
Sudeste																
2007	1828	1842	4222	16633	15747	18626	13901	114677	2140	2082	1414	2054	2360	2512	1538	15539
2008	1618	1785	4910	17973	15715	17822	15382	115232	2511	2473	1709	2373	2662	2949	1707	22095
2009	1589	1582	5085	15833	14970	17072	18481	125357	2700	2629	2068	2671	2455	3032	1828	23130
2010	2023	10113	8834	17050	16428	18338	32976	153293	2797	2883	2562	3767	2432	3038	4356	27251
2011	1897	2031	8529	15559	15687	18102	34626	162536	2934	3236	3046	4812	2240	3132	4958	26638
2012	1820	1973	8300	14319	15922	18265	37568	176464	3352	3582	4222	6837	2147	3130	5071	28413
São Paulo																
2007	838	901	2062	6507	10184	9064	7557	68915	1466	1246	910	798	1220	1389	705	5586
2008	853	897	2746	8608	9373	8773	8679	70390	1802	1413	1084	1338	1303	1649	790	10526
2009	804	798	2955	8017	8996	8762	11109	77565	1976	1511	1295	1884	1229	1663	901	10813
2010	913	6242	4511	7637	8382	9961	17836	89388	1806	1707	1584	3004	1123	1500	1644	12235
2011	936	1119	4328	7072	7634	9796	18391	89720	1833	1859	1813	3593	842	1371	1878	10689
2012	907	1122	4377	6390	7542	9808	20122	95207	2080	1955	2165	4811	757	1259	1555	10352

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas da educação básica por etapa (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA) de alunos que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Infantil				Ensino Fundamental (ciclo I e II)				Ensino Médio				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	643	280	319	673	6613	2910	2491	9284	136	39	60	35	3595	252	165	509
2008	594	277	412	883	7516	3664	3130	11329	117	49	67	39	3240	294	170	568
2009	510	299	534	948	8198	4084	4089	15261	152	72	110	61	4254	331	223	677
2010	705	399	832	1392	11311	5282	6206	23398	360	133	124	118	4419	401	374	1090
2011	720	420	1015	1576	11298	5730	7599	30115	320	142	163	215	4177	429	485	1543
2012	558	353	1074	1467	10942	5675	8128	34346	415	167	206	356	4134	464	477	1746

Sudeste

2007	30	17	38	76	438	370	362	1368	8	15	15	4	79	9	12	37
2008	28	22	64	133	606	431	457	1846	23	18	29	13	63	26	9	53
2009	38	27	56	100	613	439	561	2568	32	28	33	12	56	22	14	55
2010	45	48	87	155	845	518	815	3841	37	38	31	41	40	35	29	91
2011	54	36	108	168	780	502	939	4715	38	38	43	81	25	20	27	107
2012	53	25	132	191	770	498	974	5489	44	46	50	113	19	21	29	163

São Paulo

2007	7	4	9	10	79	63	59	287	6	5	9	2	5	2	0	9
2008	4	3	15	16	113	63	70	478	14	9	14	8	0	3	3	14
2009	10	5	21	12	142	74	137	718	16	14	16	7	0	3	2	16
2010	5	2	16	21	144	86	175	866	17	18	15	32	3	1	2	12
2011	4	2	17	25	113	77	178	989	21	21	18	55	2	5	4	10
2012	12	5	17	27	107	75	209	1196	19	21	22	75	1	4	2	35

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas da educação básica por etapa (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA) de alunos que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Ensino Infantil				Ensino Fundamental (ciclo I e II)				Ensino Médio				EJA			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	235	355	740	3957	3010	3872	2280	23874	556	309	281	971	586	549	382	5582
2008	231	322	537	2889	3116	3017	1771	14698	496	307	349	609	622	459	272	3606
2009	230	239	596	3100	3929	3198	2208	20161	641	446	421	339	931	444	270	3197
2010	397	280	1264	3714	5243	3733	4151	26106	982	596	541	677	1001	566	681	3962
2011	367	213	1147	3022	5636	3889	4618	30452	1185	717	648	1086	1046	629	811	4488
2012	358	225	1286	3081	6455	4533	5854	40409	1722	997	939	1745	1062	860	1572	10121
Sudeste																
2007	96	121	377	1382	995	1612	1135	9732	125	92	82	105	81	189	108	1421
2008	82	99	258	1222	887	833	683	6757	154	118	119	84	251	183	119	1741
2009	71	79	247	1106	869	812	819	8232	180	150	137	134	129	197	116	1869
2010	114	71	550	1286	995	951	1486	10147	215	163	152	204	133	182	326	1987
2011	98	60	525	1106	1044	961	1682	11368	234	185	189	321	122	218	377	2147
2012	105	56	473	947	1155	1013	1864	13022	271	207	213	478	126	217	417	2468
São Paulo																
2007	20	21	37	155	280	185	158	2234	50	39	32	25	17	32	12	73
2008	28	28	68	293	313	225	204	3069	62	53	47	48	30	37	19	254
2009	24	28	72	339	344	269	320	4091	78	58	53	88	31	43	29	314
2010	28	22	178	382	351	330	554	4787	82	62	64	156	21	34	46	349
2011	41	19	195	398	355	319	618	4933	102	76	71	196	21	39	59	331
2012	45	14	177	343	373	347	750	5648	117	89	97	282	25	41	54	356

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por dependência administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada) - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	305	588	52	21	19839	26065	11524	72902	35115	26011	20322	109693	7311	12414	12980	165938
2008	343	575	74	24	21611	29056	13532	82226	39527	29772	25704	124392	7318	12247	12668	157380
2009	637	629	118	84	24792	32962	17182	116132	47343	35027	34850	173630	7214	11835	13601	147673
2010	550	589	147	95	29056	35919	26222	150225	62325	45603	60175	261327	10223	13409	34326	169240
2011	545	595	236	181	30520	38206	30065	176007	65493	50555	73154	335949	10204	12917	33986	164532
2012	625	695	293	275	33339	39087	35009	205183	65652	51596	80445	378728	10680	12759	35811	173615
Sudeste																
2007	286	541	17	12	10714	8850	5936	30189	8801	11304	9865	46008	2274	4367	5257	72694
2008	319	531	22	11	11098	9671	6776	36506	9559	12106	12035	55622	2766	4453	5619	74780
2009	339	525	38	37	11600	11337	8103	52032	10499	14056	16807	75037	2784	4237	6121	77702
2010	366	488	56	42	11479	11137	10709	60616	12810	16972	27576	104572	4413	5021	18813	89356
2011	333	504	96	97	10889	11707	12113	65534	13634	18025	31627	123629	4175	4810	18736	88035
2012	380	552	107	169	11281	12372	14711	76474	14265	18485	34473	138573	4176	4460	18475	84968
São Paulo																
2007	3	0	0	0	7427	5003	3805	20012	5242	6276	5884	28661	1036	1321	1545	33133
2008	6	0	1	0	7305	5136	4397	24202	5019	6351	7268	35306	1199	1377	1842	33571
2009	4	1	6	1	7846	6869	5469	37742	5399	7231	9894	45436	1237	1390	2439	33745
2010	1	1	9	0	6379	6792	6425	42127	5675	9080	13715	53573	2069	1866	8626	40829
2011	4	0	8	2	5900	6578	7100	41197	5833	9745	15337	58866	1887	1859	8600	40907
2012	8	7	7	9	6002	6526	7945	44685	5932	9932	16954	63543	1961	1858	8711	40890

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por dependência administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada) de alunos que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	1	0	4	0	547	418	355	1413	10382	3035	2636	8744	57	28	40	344
2008	3	3	4	0	643	554	402	2003	10913	3778	3383	10996	41	20	46	318
2009	4	2	0	0	676	576	546	3257	12723	4473	4568	15775	44	24	42	194
2010	10	3	1	2	1123	726	794	4626	16470	6033	7393	26015	62	16	53	221
2011	6	2	6	1	1187	842	1029	6415	16671	6768	9520	35956	60	16	54	259
2012	13	2	3	5	1466	939	1227	8064	16427	6964	10324	41702	42	12	61	273
Sudeste																
2007	0	0	0	0	112	126	102	284	472	279	318	1113	3	6	7	88
2008	0	0	0	0	181	163	128	498	556	339	429	1518	9	5	13	151
2009	0	0	0	0	180	158	148	683	594	392	539	2391	11	6	17	97
2010	1	0	0	0	232	185	170	742	812	489	893	4121	12	6	24	105

2011	0	1	2	0	207	176	211	1050	776	499	1040	5102	11	3	20	125
2012	4	1	1	3	205	183	241	1458	800	504	1105	5845	10	1	26	131
São Paulo																
2007	0	0	0	0	48	39	33	96	54	34	42	188	2	1	2	24
2008	0	0	0	0	60	41	39	178	69	36	59	306	2	1	4	33
2009	0	0	0	0	74	48	56	320	96	48	115	474	2	1	7	33
2010	0	0	0	0	70	62	69	389	98	48	143	612	4	0	10	41
2011	0	0	0	0	61	59	75	422	79	51	156	825	5	0	10	47
2012	0	0	0	0	67	55	93	604	83	54	183	983	5	0	11	59

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por dependência administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada) de alunos que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	1	6	1	0	550	427	289	1460	579	1125	973	5476	449	1126	1311	18527
2008	5	4	1	1	660	466	376	1971	598	384	375	2367	335	956	1035	13138
2009	9	3	3	1	724	582	449	3305	505	477	521	3555	424	935	1155	14850
2010	17	8	6	0	778	682	578	4053	763	622	878	5472	741	1202	3354	18077
2011	28	8	10	2	761	797	682	4798	860	723	1164	7286	799	1084	3248	17843
2012	25	9	19	3	955	929	795	6263	908	700	1315	8720	1086	1374	4526	25204
Sudeste																
2007	1	6	0	0	193	133	102	867	161	120	119	1043	167	456	440	5704
2008	4	4	0	0	253	160	125	1225	167	155	188	1566	180	458	479	5976
2009	2	3	0	0	321	220	160	2296	180	233	288	2462	183	406	466	6782
2010	7	7	3	0	276	267	225	2476	213	270	389	2937	326	471	1555	8037
2011	7	5	4	0	283	277	248	2552	234	279	503	3324	330	412	1592	8363
2012	6	4	6	0	317	313	303	2947	253	267	579	3804	333	370	1570	8119
São Paulo																
2007	0	0	0	0	2	0	0	1	0	6	3	2	13	24	18	577
2008	0	0	0	0	2	1	0	11	1	4	4	3	16	29	28	877
2009	0	0	0	0	2	1	1	12	2	1	3	6	25	37	64	1147
2010	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	62	40	331	1626
2011	0	0	0	0	1	1	2	9	0	2	2	4	88	38	344	1817
2012	0	0	0	0	3	3	3	11	1	1	3	5	95	42	391	1949

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

**Número de matrículas de alunos com deficiência por sexo (Masculino e Feminino)
- Brasil, Sudeste e São Paulo**

	Masculino				Feminino			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	32123	35266	25513	208081	30447	29812	19365	140473
2008	35549	39003	29532	217685	33250	32647	22446	146337
2009	41636	43917	37550	266107	38350	36536	28201	171412
2010	54027	52559	69242	354393	48127	42961	51628	226494
2011	57244	56795	78622	416924	49518	45478	58819	259745
2012	59407	57996	86649	468334	50889	46141	64909	289467
Sudeste								
2007	11446	13851	11805	89660	10629	11211	9270	59243
2008	12384	14828	13756	100683	11358	11933	10696	66236
2009	13626	16790	17535	125274	11596	13365	13534	79534
2010	16047	18768	32545	155879	13021	14850	24609	98707
2011	16134	19740	35507	170677	12897	15306	27065	106618
2012	16725	20325	38267	185426	13377	15544	29499	114758
São Paulo								
2007	7094	6919	6259	49993	6614	5681	4975	31813
2008	7036	7100	7609	57068	6493	5764	5899	36011
2009	7799	8648	10131	72279	6687	6843	7677	44645
2010	7692	9882	16305	84248	6432	7857	12470	52281
2011	7530	10204	17500	86806	6094	7978	13545	54166
2012	7738	10438	18996	92128	6165	7885	14621	56999

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

**Número de matrículas de alunos com deficiência por sexo (Masculino e Feminino)
que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo**

	Masculino				Feminino			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	5609	1933	1787	6343	5378	1548	1248	4158
2008	6039	2430	2249	8047	5561	1925	1586	5270
2009	6882	2792	3024	11534	6565	2283	2132	7692
2010	9100	3893	4847	19308	8565	2885	3394	11556
2011	9473	4418	6190	26995	8451	3210	4419	15636
2012	9591	4482	6781	31919	8357	3435	4834	18125
Sudeste								
2007	323	219	255	895	264	192	172	590
2008	384	283	345	1342	362	224	225	825
2009	453	300	402	2010	332	256	302	1161

2010	619	404	621	3143	438	276	466	1825
2011	580	411	710	4022	414	268	563	2255
2012	597	395	776	4781	422	294	597	2656

São Paulo

2007	59	40	47	204	45	34	30	104
2008	74	46	62	334	57	32	40	183
2009	104	54	104	549	68	43	74	278
2010	108	66	126	716	64	44	96	326
2011	92	67	135	884	53	43	106	410
2012	98	60	167	1113	57	49	120	533

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

**Número de matrículas de alunos com deficiência por sexo (Masculino e Feminino)
que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo**

	Masculino				Feminino			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	2205	2761	2121	20802	2182	2324	1562	13582
2008	2367	2323	1753	13816	2280	2035	1277	9029
2009	3370	2923	2231	21500	3181	2585	1686	12635
2010	4898	3982	4769	29737	4736	3439	3577	18122
2011	5625	4554	5451	36050	4962	3741	4055	21523
2012	6666	5307	7073	49234	5739	4382	5330	29506
Sudeste								
2007	652	1099	967	7680	645	915	735	4960
2008	751	674	690	6378	691	638	540	3936
2009	781	787	810	8587	633	681	626	5055
2010	1066	988	1717	11052	808	794	1297	6510
2011	1121	1088	1946	12930	837	849	1496	7517
2012	1259	1095	2055	14512	943	908	1631	8590
São Paulo								
2007	182	135	126	1583	185	142	113	904
2008	229	182	193	2363	207	162	148	1305
2009	291	268	298	3836	235	222	214	2069
2010	313	323	554	4582	238	254	391	2457
2011	345	336	632	4950	260	258	463	2743
2012	361	354	731	5516	304	268	542	3184

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por localização diferenciada (Não se aplica, Assentamento, Terra indígena, Quilombola) que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Não				Assentamento				Terra Indígena				Quilombola			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	9856	3159	2771	9716	847	206	193	573	128	46	33	67	156	70	38	145
2008	10377	3924	3491	12311	766	264	238	679	87	79	37	92	370	88	69	235
2009	12234	4587	4688	17763	798	278	306	920	59	81	53	124	356	129	109	419
2010	16109	6085	7495	28512	988	342	452	1384	94	126	90	191	474	225	204	777
2011	15921	6680	9479	38806	1246	527	661	2326	155	177	123	357	602	244	346	1142
2012	15892	6904	10286	44916	1173	523	712	3009	241	203	186	495	585	259	381	1326
Sudeste																
2007	573	390	416	1438	6	14	5	27	2	2	1	1	6	5	5	19
2008	718	489	549	2105	5	9	7	33	3	1	3	0	20	8	11	29
2009	751	536	683	3068	11	9	11	40	2	0	2	9	21	11	8	54
2010	1025	645	1072	4803	17	20	5	87	2	3	1	10	13	12	9	68
2011	948	649	1239	6036	28	13	17	129	0	3	3	9	18	14	14	103
2012	969	657	1321	7100	16	7	13	75	0	4	4	20	25	16	27	134
São Paulo																
2007	101	64	73	293	1	10	3	11	0	0	0	0	2	0	1	4
2008	127	75	98	499	0	3	3	15	0	0	0	0	4	0	1	3
2009	167	90	174	801	0	5	4	20	0	0	0	0	5	2	0	6
2010	1025	645	1072	4803	7	10	3	52	0	0	0	0	4	1	1	9
2011	136	101	234	1198	6	6	7	88	0	0	0	1	3	3	0	7
2012	143	104	283	1534	9	4	4	97	0	0	0	2	3	1	0	13

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por localização diferenciada (Não se aplica, Assentamento, Terra indígena, Quilombola) que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Não				Assentamento				Terra Indígena				Quilombola			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil																
2007	4347	5080	3668	34347	0	0	0	0	2	1	4	0	156	70	38	145
2008	4623	4355	3025	22815	0	0	0	0	1	0	0	0	370	88	69	235
2009	6532	5499	3909	34100	0	0	0	0	0	0	0	0	356	129	109	419
2010	9577	7402	8335	47805	0	0	0	0	1	1	1	1	474	225	204	777
2011	10564	8289	9489	57504	0	0	0	0	0	0	1	3	602	244	346	1142
2012	12347	9620	12249	77843	0	0	0	0	1	1	1	3	585	259	381	1326
Sudeste																
2007	1292	2012	1702	12616	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5	5	19
2008	1438	1310	1230	10289	0	0	0	0	0	0	0	0	20	8	11	29
2009	1406	1465	1432	13616	0	0	0	0	0	0	0	0	21	11	8	54

2010	1869	1779	3013	17540	0	0	0	0	1	1	0	0	13	12	9	68
2011	1954	1937	3442	20406	0	0	0	0	0	0	0	0	18	14	14	103
2012	2189	1976	3617	22714	0	0	0	0	0	0	0	0	25	16	27	134

São Paulo

2007	367	277	239	2487	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	4
2008	436	344	341	3667	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	3
2009	526	490	512	5905	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	0	6
2010	551	577	945	7038	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1	9
2011	605	594	1095	7687	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	7
2012	664	622	1273	8697	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	13

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por Educação Indígena (Não se aplica e Possui) - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Não				Sim			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	62372	64954	44799	348418	198	124	79	136
2008	68672	71488	51883	363776	127	162	95	246
2009	79879	80294	65643	437211	107	159	108	308
2010	101986	95286	120670	580441	168	234	200	446
2011	106557	102023	137230	676006	205	250	211	663
2012	109995	103870	151252	756801	301	267	306	1000
Sudeste								
2007	22073	25060	21073	148902	2	2	2	1
2008	23739	26759	24448	166919	3	2	4	0
2009	25219	30150	31058	204793	3	5	11	15
2010	29064	33613	57151	254563	4	5	3	23
2011	29030	35038	62559	277271	1	8	13	24
2012	30102	35864	67759	300158	0	5	7	26
São Paulo								
2007	13708	12600	11233	81806	0	0	1	0
2008	13529	12863	13507	93079	0	1	1	0
2009	14486	15490	17808	116923	0	1	0	1
2010	14124	17738	28775	136528	0	1	0	1
2011	13624	18181	31044	140969	0	1	1	3
2012	13903	18322	33615	149123	0	1	2	4

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por Educação Indígena (Não se aplica e Possui) que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Não				Sim			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	10856	3430	3000	10425	131	51	35	76
2008	11514	4274	3794	13218	86	81	41	99
2009	13399	4992	5103	19096	48	83	53	130
2010	17560	6642	8143	30651	105	136	98	213
2011	17766	7452	10482	42193	158	176	127	438
2012	17699	7702	11404	49433	249	215	211	611
Sudeste								
2007	585	409	426	1484	2	2	1	1
2008	743	506	567	2167	3	1	3	0
2009	783	556	702	3162	2	0	2	9
2010	1054	677	1086	4958	3	3	1	10
2011	994	676	1270	6268	0	3	3	9
2012	1019	685	1369	7414	0	4	4	23
São Paulo								
2007	104	74	77	308	0	0	0	0
2008	131	78	102	517	0	0	0	0
2009	172	97	178	827	0	0	0	0
2010	172	110	222	1042	0	0	0	0
2011	145	110	241	1293	0	0	0	1
2012	155	109	287	1644	0	0	0	2

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por Educação Indígena (Não se aplica e Possui) que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Não				Sim			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	4385	5084	3679	34383	2	1	4	1
2008	4645	4358	3022	22796	2	0	8	49
2009	6543	5499	3915	34119	8	9	2	16
2010	9625	7404	8331	47831	9	17	15	28
2011	10586	8291	9499	57558	1	4	7	15
2012	12395	9687	12397	78672	10	2	6	68
Sudeste								
2007	1297	2014	1702	12640	0	0	0	0
2008	1442	1312	1230	10314	0	0	0	0
2009	1414	1468	1436	13642	0	0	0	0
2010	1874	1782	3014	17562	0	0	0	0

2011	1958	1937	3442	20447	0	0	0	0
2012	2202	2003	3686	23102	0	0	0	0
São Paulo								
2007	367	277	239	2487	0	0	0	0
2008	436	344	341	3668	0	0	0	0
2009	526	490	512	5905	0	0	0	0
2010	551	577	945	7039	0	0	0	0
2011	605	594	1095	7693	0	0	0	0
2012	665	622	1273	8700	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por responsável público pelo transporte (Estadual e Municipal) - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Estadual				Municipal			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	1435	3038	1073	8639	10674	12271	9291	82984
2008	2084	2710	1246	9815	12103	13913	11001	90923
2009	2093	3137	1808	12357	14368	15620	13922	97333
2010	2869	3424	3113	13284	20095	18271	27601	129152
2011	3634	4057	4209	16383	21553	18920	30205	144554
2012	3891	4131	5788	17943	22426	20089	36206	171069
Sudeste								
2007	369	944	362	1415	3016	4703	4087	29279
2008	595	702	426	3119	3579	5755	5186	41058
2009	620	658	517	2560	4262	6525	6756	46981
2010	817	645	816	1789	5755	7787	14510	61273
2011	1405	1152	1627	3498	5585	7813	15403	66759
2012	1344	1331	2784	3607	5988	8942	19044	76586
São Paulo								
2007	109	149	122	664	1264	1768	1556	9010
2008	156	130	204	1148	1513	2208	2441	18657
2009	137	108	237	949	1922	2727	3509	20665
2010	138	102	315	657	2206	3931	6897	28096
2011	152	116	574	872	2329	3991	7248	29029
2012	192	134	869	1334	2371	4557	7868	31057

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por responsável público pelo transporte (Estadual e Municipal) que moram no campo e estudam no campo - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Estadual				Municipal			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	98		99	427	2976	1162	1020	4160
2008	213	196	149	701	3607	1552	1433	5042
2009	163	192	175	1192	4147	1888	2008	7558
2010	279	213	284	1846	6225	2648	3232	12459
2011	325	272	373	2472	6837	2965	4095	17710
2012	415	323	452	2807	6752	3053	4490	21523
Sudeste								
2007	12		7	19	248	189	221	735
2008	22	14	14	37	346	235	293	1128
2009	17	19	11	44	379	294	366	1762
2010	34	13	18	66	492	345	581	2938
2011	38	25	35	111	473	367	656	3438
2012	36	22	33	115	486	367	683	3960
São Paulo								
2007	5		3	3	53	51	38	188
2008	6	2	4	27	73	55	52	319
2009	17	19	11	44	105	65	111	522
2010	4	3	2	10	113	73	130	667
2011	2	2	2	16	89	75	137	782
2012	2	1	3	14	90	69	142	871

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Número de matrículas de alunos com deficiência por responsável público pelo transporte (Estadual e Municipal) que moram no campo e estudam na cidade - Brasil, Sudeste e São Paulo

	Estadual				Municipal			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Brasil								
2007	2764	2742	1954	21522	391	634	230	1722
2008	582	764	357	2049	2985	2720	1848	15237
2009	673	912	450	2643	4109	3335	2452	22108
2010	988	1037	652	3186	5341	3857	4699	28488
2011	1136	1094	751	4097	5697	4143	5205	33220
2012	1283	1177	902	4770	6719	4974	6911	47286
Sudeste								
2007	798	894	671	5947	29	55	47	406
2008	97	69	67	463	954	924	805	7198

Apêndice 2

Tabela 12: Número de matrículas da educação básica por localização diferenciada no município de São Carlos

	Não				Assentamento				Terra Indígena				Terras Remanescentes Quilombola			
	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica																
2007	51	68	62	176	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	47	59	70	583	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	51	77	82	659	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	71	91	173	837	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	73	82	182	857	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	78	65	199	890	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora no campo estuda no campo																
2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	0	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mora no campo estuda na cidade																
2007	2	6	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	3	5	4	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	4	2	4	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	2	4	11	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	5	5	14	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Tabela 13: Número de matrículas da educação básica por educação indígena no município de São Carlos

	Não				Sim			
NEE	DV	DA	DF	DM	DV	DA	DF	DM
Educação Básica								
2007	51	68	62	176	0	0	0	0
2008	47	59	70	583	0	0	0	0
2009	51	77	82	659	0	0	0	0
2010	71	91	173	837	0	0	0	0
2011	73	82	182	857	0	0	0	0
2012	78	65	199	890	0	0	0	0
Mora no campo estuda no campo								
2007	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	3	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	0	1	1	9	0	0	0	0
2012	0	1	1	6	0	0	0	0
Mora no campo estuda na cidade								
2007	2	6	3	3	0	0	0	0
2008	3	5	4	31	0	0	0	0
2009	4	2	4	32	0	0	0	0
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	2	4	11	39	0	0	0	0
2012	5	5	14	48	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro elaborado pelas pesquisadoras do projeto

Questões apresentadas a serem trabalhadas em TODOS os municípios: pólo e abrangência

Levantamento do nº de instituições X nº de municípios

Nº de instituições nos municípios pesquisados

Verificar se há concentração de instituições em determinados municípios.

Cruzar dados dos municípios e dados dos estados e do país de 2007 a 2011.

Como categorizar as deficiências? –

Decisão: manter as categorias do censo nos grandes grupos: DV, DA, DM, Dmtl, DF. Entrar nos detalhes quando necessário nos trabalhos específicos.

A questão do campo (como modalidade?): levantar a categoria e registrar.

Uso dos dados demográficos do IBGE/dados da deficiência (faixa etária; e utilizar categorias: "com muita dificuldade", "não consegue de modo algum"; apresentar a categoria rendimento.

Há conselho da pessoa com deficiência?

Houve criação do sistema "municipal"?

Identificação do nº de municípios totais e municípios-polos nos diferentes estados

Nº total de municípios de abrangência em cada município polo

Verificar os serviços do estado que apoiam os atendimentos nos municípios menores

Existência de convênio (formal) com instituições ? (Data Escola)

Tipo de contratação/formação dos professores-profissionais que atendem o aluno - nº de professores/local de atuação? Relativo a professores de que atuam na educação especial - os serviços da educação especial

Explicitar: Matrícula geral- matrícula por rede (municipal, estadual, federal - total público e particular)- com ou sem deficiência.

Há serviços públicos nos municípios de abrangência?

Em que etapas, modalidades e locais estão as matrículas de alunos com def? (EI, EF, EM - comum, especial, EJA, profissional - rural e urbana) - Atenção: diferenciar as etapas dentro do EF.

Incidência de tipos de deficiência por dep. administrativa

Atenção à variação de matrículas por deficiências no período

Atenção à variação de matrículas por dependência administrativa/ Especial e regular (modalidade) e por tipos no período

Verificar como ocorre o registro dos dados do Censo Escolar nas escolas do município (ao menos nos polos)

Proposição de indicadores?

Aproveitar os municípios pequenos para estudos de casos

Atenção às reduções bruscas de matrículas entre os anos.

Questões de preocupação:

Estamos diante de problemas de matrículas ou de registros?: verificar quem preenche o censo escolar nas escolas do município

Qual impacto das políticas no financiamento das instituições particulares assistenciais?

Quem permanece nas instituições?

Nas análises atenção às possíveis relações entre alterações de dados e mudanças nas políticas públicas estaduais e nacional.

Anexo 2: Passo a Passo SPSS

- Meu computador
- Disco local (C:)
- Abre a pasta do ano que pretende rodar
- Caso ainda não tenha os dados das regiões extraídas, abra a pasta “DADOS”, clique com o botão direito na região que deseja e, em seguida, “extrair aqui”
- Retorne à página em que estão localizadas as pastas e, abra a pasta “INPUT”
- Clique com o botão direito em “INPUT_SPSS_MATRICULA...” e selecione “abrir com SPSS”

Quando abrir o programa serão abertas duas novas janelas: uma chamada “INPUT_SPSS...” e outra “UNTITLED...”

- Vá para a página “INPUT”. Nesta, terá que colocar o nome da pasta.
- Encontrará da seguinte forma:

```
“GET DATA TYPE = TXT
/FILE = 'C:\TS_MATRICULA_UF.TXT'
/FIXCASE = 1
/ARRANGE...”
```

- Ficará, então, como o exemplo abaixo:

```
“GET DATA TYPE = TXT
/FILE = 'C:\2010\dados\TS_MATRICULA_UF.TXT'
/FIXCASE = 1
/ARRANGE...”
```

- No lugar de “UF”, deve colocar a sigla do estado que quer rodar.
- Posteriormente, selecione desde “/FILE = 'C:\2010...” até o ponto final localizado no final da página, clique com o botão direito e, em seguida, selecione “Run Current”
- Abrirá uma terceira página: “OUTPUT...”
- Caso não indique nenhum erro na parte inferior da página, pode continuar
- Caso tenha, verifique se não colocou de forma errônea o nome da pasta ou a sigla ou ainda se os dados da região não foi extraída
- É na página *OUTPUT* que iremos mexer: no caso dos municípios, é necessário isolar o

código deste, então:

- Na parte superior da página têm várias opções: “*FILE*”, “*EDIT...*”
- Clique no “*DATA*” e, depois, na parte inferior da página, no “*SELET CASES*”
- Abrirá uma janela, onde selecionará a bolinha: “*IF CONDITION IS SATISFIED*”
- Depois selecionar a bolinha: “*DELETE UNSELECTD*”
- Clicar no quadradinho “*IF...*” e abrirá uma outra janela
- Selecione a variável “*COD_MUNICIPIO_ESCOLA*” e mova para o quadrado ao lado
- no quadrado, digite o código do município: “*COD_MUNICIPIO_ESCOLA = 3548906*” (este é o de São Carlos)
- Feito isso, vá em “*CONTINUE*” e a janela fechará, em seguida, clique em “OK”;
- O programa começará a rodar os dados;
- Ao terminar: “*ANÁLISE*”, “*DESCRIPTIVE STATISTICS*” e “*CROSSTABS*”
- Abrirá outra janela, com 3 colunas, então, poderá cruzar as variáveis que precisar, usando as 3 outras colunas, por ex:
 - na primeira coloca: *ZONA_RESID*
 - na segunda: *NEE_*
 - e na terceira: *MODALIDADE*.

- No “*select cases*”, pode selecionar diversas outras variáveis, por ex: se quiser saber só dos alunos matriculados que moram no campo em São Carlos:

COD_MUNI_ESCO = XXXX & ZONA_RES = 2

E assim por diante...

Anexo 3: Lei Orgânica do município (parcial – apenas o trecho que trata sobre a educação)



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

que se organizará de acordo com as diretrizes e bases previstas no art. 222 da Constituição Estadual.

Art. 133. É vedada a nomeação ou designação, para cargo ou função de chefia ou assessoramento na área de saúde, em qualquer nível, de pessoa que participe de direção, gerência ou administração de entidade que mantenha contrato, convênio, ou seja credenciada pelo sistema único de saúde, a nível municipal.

Seção III

Da Promoção Social

Art. 134. As ações do Município, por meio de programas e projetos na área de promoção social, serão organizadas, elaboradas, executadas e acompanhadas com base nos princípios contidos no art. 232 da Constituição Estadual.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS ESPORTES E LAZER

Seção I

Da Educação

Art. 135. O Município organizará em regime de colaboração com o Estado, seu sistema de ensino.

Art. 136. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Art. 137. O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 138. O Município publicará até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas sobre receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação, nesse período e discriminadas por nível de ensino.

Art. 139. É vedado o uso de próprios públicos municipais para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza.

Anexo 4: documento de apresentação da ONG MID fornecido pelo representante desta



ONG-MID MOVIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIA
 END: AV: COMENDADOR ALFREDO MAFFEI, 2542 – BOX 03
 CENTRO – CEP. 13560-920 - SÃO CARLOS – SP
 CNPJ Nº. 08.575.314/0001-24 UPTM LEI 14.949 CMAS Nº 044/2007
 Cadastro Estadual de Entidades – CEE CRCE 0524/2013 TEL: (0XX16)
 8143 3067 ou (0XX16) 9178 7541 E-MAIL: ong-mid@bol.com.br ou
ong-mid@hotmail.com [www. Facebook.com/ONG-MIDSAOCARLOS](http://www.Facebook.com/ONG-MIDSAOCARLOS)

APRESENTAÇÃO

A Organização Não Governamental Movimento de Informação Sobre Deficiência ONG – MID: Fundada em 26/08/2006, é uma entidade civil, de caráter filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos. A entidade luta pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e para que os direitos já adquiridos na Constituição Federal sejam respeitados e cumpridos em sua íntegra. Também informando a população sobre deficiências e prevenções.

A ONG – MID na busca de uma solução para as necessidades de seus membros participantes e de toda população, tem utilizado uma variedade de alternativas de atuação: Algumas formas de atendimentos específicos têm se realizados na Própria sede da A ONG – MID cadastro para o trabalho, informação sobre recursos disponíveis de atendimento de saúde, educação, transporte, trabalho, esporte, lazer, etc. Previstos na forma da lei.

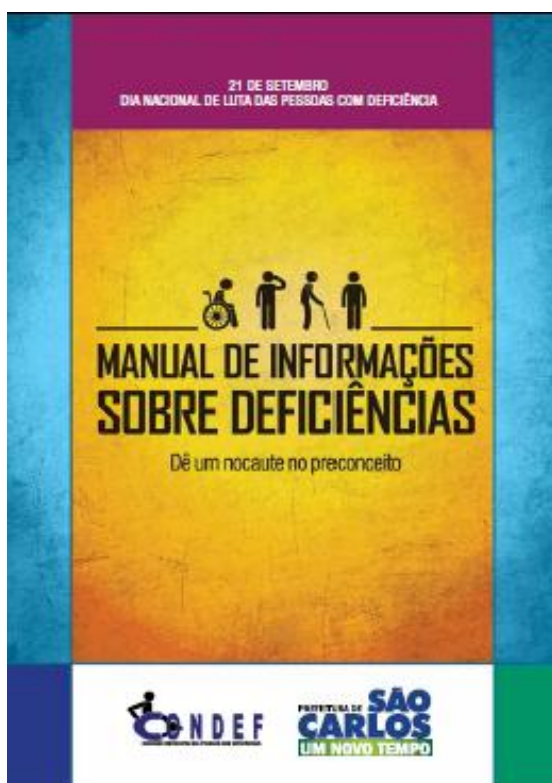
Em outro extremo opta por atuações exclusivamente político-reivindicatórias. Participando de diversos conselhos municipais, palestra, conferencia, eventos, etc.

Porem o grande número de pessoas com deficiência existente na cidade: Segundo Censo 2010 (aproximadamente 39.000). Essa população na sua grande maioria vivendo na periferia. Assim fazendo que a ONG-MID busque outras formas de intervenção, deixando aquela forma paternalista de atendimento realizado dentro da sede. Vem buscando parcerias para que todo atendimento seja feito em um local realmente adequado as necessidades de cada pessoa. Assim estamos disponibilizando um atendimento digno e de qualidade. E tentar chegar a todas as pessoas que realmente necessita de um atendimento e informações.

Este presente documento tem por finalidade caracterizar uma nova forma de atendimento na sede Serviço de “Esclarecimento e Informação” prestado para todas as

peessoas com deficiência ou não, oferecendo um espaço que possa tirar duvidas e informar sobre qualquer assunto voltado a esta pessoa e com os parceiros os outros atendimentos: fisioterapia, médico, hidroterapia, terapia, dentista e outros.

Anexo 5: Folder informativo



Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior. Provavelmente, por causa da deficiência, uma pessoa pode ter dificuldade para realizar algumas atividades, mas por outro lado, pode ter extrema habilidade para fazer outras.

A maioria das pessoas com deficiência não se importa em responder perguntas a respeito de sua deficiência. Assim, sempre que quiser ajudar ou estiver em dúvida sobre como agir, pergunte. E lembre-se: quando quiser alguma informação, dirija-se diretamente à pessoa e não a seus acompanhantes ou intérpretes.

Sempre que quiser ajudar, pergunte a forma mais adequada para fazê-lo e não se ofenda se seu oferecimento for recusado, pois, às vezes, uma determinada atividade pode ser mais bem desenvolvida sem assistência.

Se você não se sentir seguro para fazer alguma coisa solicitada por uma pessoa com deficiência, sinta-se à vontade para recusar. Nesse caso, procure ou indique uma pessoa que possa ajudar.

Você não deve ter receio de fazer ou dizer alguma coisa errada. Age sempre com naturalidade. Se ocorrer alguma situação inusitada, uma boa dose de delicadeza, sinceridade e bom humor nunca faltam.

Dê um nocaute no preconceito

Professora de São Carlos

"Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".

(Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 1º)

ANALISE AS IMAGENS COM ATENÇÃO

TIPOS DE DEFICIÊNCIA

QUAIS OS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS?

DEFICIÊNCIAS FÍSICA E MOTORA

DEFICIÊNCIAS VISUAIS

DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS

DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

Professora de São Carlos

DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MOTORAS

DEFICIÊNCIA FÍSICA E MOTORA

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparresia, hemiplegia, hemiparesia, deformia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, § 1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/98, art. 4º, § 1º). Para melhor entendimento, seguem-se algumas definições:

AMPUTAÇÃO - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento do membro.

PARAPLEGIA - perda total das funções motoras dos membros inferiores.

PARAPARESIA - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

MONOPLEGIA - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

MONOPARESIA - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

TETRAPLEGIA - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

TRIPLEGIA - perda total das funções motoras em três membros.

TETRAPARESIA - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.



ANALISE AS IMAGENS COM ATENÇÃO

DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MOTORAS



TETRAPLEGIA - perda parcial das funções motoras em dois membros.

HEMIPLEGIA - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

HEMIPARESIA - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

DISTONIA - intercorrência cirúrgica que cria um estorço (abertura, coste) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fúrcos ou urina; processo cirúrgico que visa a construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fúrcos e urina para o exterior do corpo humano (colostomia; estoma intestinal; urestomia; desvio urinário).

PARALISIA CEREBRAL - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.

NAUÍSMO - deficiência acentuada no crescimento. É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Profilhara de São Carlos

DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MOTORAS

COMO SE COMPORTAR DIANTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MOTORAS?

Uma das coisas importantes, a saber, é que, para uma pessoa sentada, é incomodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, ao conversar por mais tempo que alguns minutos com uma pessoa em cadeira de rodas, sente-se, para que você e ela fiquem no mesmo nível.

A cadeira de rodas possui como as bengalas e muletas) o ponto do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo. Agarrar ou apoiar-se nela e como fare-lo em uma pessoa sentada numa cadeira comum.

Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa.

Quando estiver conduzindo uma cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente para que a pessoa também possa participar da conversa.

Ao conduzir uma pessoa em cadeira de rodas, faça-o com cuidado. Preste atenção para não bater nas pessoas que caminham à frente. Para subir degraus, incline a cadeira para trás para levantar as rodinhas da frente e apoie-as sobre a elevação. Para descer um degrau, o mais seguro fare-lo de marcha à ré, sempre apoiando para que a desida seja sem solavancos.

Mantenha as muletas ou bengalas sempre próximas a pessoa com deficiência. Não tenha pressa, acompanhe o ritmo da marcha de sua usário.

Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, falar e podem fazer movimentos involuntários com pernas e braços. Se a pessoa tiver dificuldade na fala e você não compreender imediatamente o que ela está dizendo, peça para que repita.

Não se acanhe em usar palavras como "andar" e "comer". As pessoas com deficiência física as empregam naturalmente.

Uma pessoa com paralisia cerebral tem uma lesão ocasionada antes, durante ou após o nascimento e, por isso, tem necessidades específicas; é muito importante respeitar o seu ritmo e ter atenção ao ouvi-lo, pois a maioria tem dificuldade na fala. Paralisia cerebral e deficiência cognitiva ou intelectual não são as mesmas coisas.



Profilhara de São Carlos

DEFICIÊNCIA VISUAL

PESSOAS CEGAS OU COM DEFICIÊNCIA VISUAL

De acordo com o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência visual:

CEGUERA - na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Baixa Visão - significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Os casos nos quais a severidade da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°. Ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Ressaltamos a inclusão das pessoas com baixa visão a partir da edição do Decreto nº 5.296/04.

As pessoas com baixa visão são aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida. As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância a luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual.



Profilhara de São Carlos

DEFICIÊNCIA VISUAL

COMO SE COMPORTAR DIANTE DE PESSOAS CEGAS OU COM DEFICIÊNCIA VISUAL?

Quando relacionar-se com pessoas cegas ou com deficiência visual, identifique-se, faça-a perceber que você está falando com ela e ofereça seu auxílio. Caso seja necessária sua ajuda como guia, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado ou em seu ombro, conforme a preferência da pessoa a ser guiada. Além disso, e sempre bem avisar antecipadamente a existência de degraus, escadas rolantes, pisos escorregadios, buracos e obstáculos durante o trajeto. Num corredor estreito, por onde se e possível passar uma pessoa, coloque o seu braço ou ombro para trás, de modo que a pessoa cega possa continuar seguindo você.

Para ajudar uma pessoa cega a sentar-se, você deve guiá-la até a cadeira e colocar a mão dela sobre o encosto, informando se está bem braco ou não. Deixe que a pessoa sente-se sozinha.

Ao explicar direções para uma pessoa cega, seja o mais claro e específico possível.

Algumas pessoas, sem perceber, falam em tom de voz mais alto quando conversam com pessoas cegas. A menos que a pessoa tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso, não faz nenhum sentido gritar. Fale em tom de voz usual.

Ao responder perguntas a uma pessoa cega, evite fare-lo com gestos, movimentos de cabeça ou apontando os lugares.

Quanto ao cão-guia, ele nunca deve ser distraído, do seu dever de guia, com afagos, alimentos etc. Lembre-se de que esse cão está trabalhando e tem a responsabilidade de guiar um dono que não enxerga.

No convívio social ou profissional, não exclua as pessoas com deficiência visual de qualquer atividade. Deixe que elas decidam como podem ou querem participar. Fique a vontade para usar palavras como "veja" e "olhe". As pessoas cegas as utilizam com naturalidade.

Sempre que se afastar, avise a pessoa cega, pois ela pode não perceber a sua saída.



Profilhara de São Carlos

DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com o Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação
- b) cuidado pessoal
- c) habilidades sociais
- d) utilização dos recursos da comunidade
- e) saúde e segurança
- f) habilidades acadêmicas
- g) lazer
- h) trabalho



(Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d"; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I)

COMO SE COMPORTAR DIANTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS?

Você deve agir naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência intelectual. Trate-as com respeito e consideração. Se for uma criança, trate-a como criança. Se for adolescente, trate-a como adolescente. Se for uma pessoa adulta, trate-a como tal. Não trate como criança aquelas pessoas que não o sejam. Não as ignore. Cumprimento e despeço-se delas normalmente, como faria com qualquer pessoa. De atenção, converse e seja gentil. Não superproteja. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário. Não subestime sua inteligência. As pessoas com deficiência intelectual podem levar mais tempo, mas adquirem habilidades intelectuais e sociais. Lembre-se: o respeito está em primeiro lugar e só existe quando há troca de ideias, informações e manifestação de vontades. Por maior que seja a deficiência, lembre-se de que ali está uma pessoa. Deficiência intelectual não deve ser confundida com doença mental. As pessoas com deficiência intelectual possuem déficit no desenvolvimento, enquanto que a doença mental se refere aos transtornos de ordem psicológica ou psiquiátrica.

Professora de São Carlos

DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).



COMO SE COMPORTAR DIANTE DE PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA?

Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Muitas fazem a leitura labial, outras usam a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Quando quiser falar com uma pessoa surda, se ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque, levemente, em seu braço. Quando estiver conversando com uma pessoa surda, fale de maneira clara, pronunciando bem as palavras, mas não exagere. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar. Use um tom de voz normal, a não ser que lhe peçam para falar mais alto. Não grito. Fale diretamente com a pessoa, não de lado ou atrás dela. Faça com que a sua boca esteja bem visível. Gesticular ou segurar algo em frente à boca torna impossível a leitura labial. Fique num lugar iluminado e evite ficar contra a luz, pois isso dificulta ver o seu rosto.

Se você souber alguma linguagem de sinais, tente usá-la. Se a pessoa surda tiver dificuldade em entender, avise-a. De modo geral, suas tentativas serão apreciadas e estimuladas.

Seja expressivo ao falar. Como as pessoas surdas não podem ouvir mudanças sutis do tom de voz que indicam sentimentos, as expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo serão excelentes indicações de que você quer dizer.

Enquanto estiver conversando, mantenha sempre contato visual. Se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.

Nem sempre a pessoa surda tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo, não se acanhe em pedir para que repita.

Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O método não é importante. O importante é a comunicação.

Quando a pessoa surda estiver acompanhada de um intérprete, dirija-se a pessoa surda, não ao intérprete.

 [www.es.informações sobre deficiência](#)

BIBLIOGRAFIA

Coordenador Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde
CEDIPRO - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência - Rui Bianchi do Nascimento

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CEAPROD - Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Todas as ilustrações foram feitas pela Sonia Regina de Vasconcelos Macedo e cedidas para a ONG-MIO.

Professora de São Carlos



MANUAL DE INFORMAÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIAS

Dê um assalto ao preconceito